

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA**

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES

**TRAVESSIA: O PROTAGONISMO DA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO NA ROTA
DOS PASSAGEIROS DA LIBERDADE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1964-1973).**

**Jaguarão
2018**

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES

**TRAVESSIA: O PROTAGONISMO DA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO NA ROTA
DOS PASSAGEIROS DA LIBERDADE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1964-1973).**

Monografia apresentada ao Curso de História –
Licenciatura da Universidade Federal do Pampa –
Campus Jaguarão, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz.

**Jaguarão
2018**

DARLISE GONÇALVES DE GONÇALVES

**TRAVESSIA: O PROTAGONISMO DA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO NA ROTA
DOS PASSAGEIROS DA LIBERDADE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1964-1973).**

Monografia apresentada ao Curso de História –
Licenciatura da Universidade Federal do Pampa –
Campus Jaguarão, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz

Monografia defendida e aprovada em:
Banca Examinadora:

Profº Drº Enrique Serra Padrós (URGS)

Profº Drº Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA)

Profº Drº Guinter Tlajja Leipnitz (UNIPAMPA)

Dedico a todas as vítimas das diversas faces do Terrorismo de Estado, em memória dos que sucumbiram e aos que sobreviveram para contar essa história.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus grandes afetos Pai e Mãe vocês que sempre me incentivaram e demonstraram o valor que a educação tem, e que através dela eu poderia chegar onde eu quisesse, poderia ser quem eu quisesse! Obrigada por trilharem ao meu lado essa estrada.

Ao professor e amigo Lauro Borges, de quem nunca esquecerei as aulas de relações humanas do ensino médio, obrigada por ter despertado em mim o gosto pela História e a consciência da grande importância de pesquisas que desvelem os subterrâneos de passagens traumáticas de nossa história, a luta continua!

As minhas amigas irmãs de uma vida Lally e Fê obrigada pelos sorrisos, abraços, lágrimas enxugadas, lanches, pousos e a infinita paciência em me ouvir durante essa jornada. Jo e Kim lhes sou grata, dentre outras coisas, por todas as correções ortográficas nos muitos resumos do Travessia que foram submetidos para eventos. Duda minha amiga e fisioterapeuta, que não deixou minha coluna trincar durante esse processo e ainda me proporcionou ótimas risadas durante nossos encontros, também gostaria de registrar a ti os meus sinceros agradecimentos.

A todos(as) os(as) amigos(as) e colegas de mates e cafés compartilhados deixo aqui meu muito obrigada! Aos que trilham junto esses anos de graduação, em especial a nossa mãezona Sil e a doce Bruninha, obrigada o aprendizado ao lado de vocês foi mais doce e terno até mesmo durante a amargura das tempestades.

Os professores do Curso de Licenciatura em História que de várias maneiras me ajudaram a chegar até aqui, em especial, ao professor Ginter que orientou essa pesquisa trilhando este caminho ao meu lado de maneira prática, objetiva e extremamente humana. Obrigada pela honestidade com que tratou comigo e pela paciência em me ouvir falar bastante (*risos*). Estendo também meus sinceros agradecimentos à professora Cássia e ao professor Jonatas que foram os primeiros a orientar essa pesquisa, ainda no ano de 2014 quando ela era apenas um sonho distante (*diria que até utópico*) obrigada por acreditarem e incentivarem para que ele tivesse continuidade. Ao professor Caiuá deixo registrado meu muito obrigada pelas fontes e leituras indicadas.

A algumas das personagens dessa história que foram de fundamental importância para que essa pesquisa ganhasse corpo, lhes agradeço imensamente o aprendizado humano que me proporcionaram, ao Sr. Claudio, Sr. Alceu, Sr. Antonio e Padre Florêncio ouvi-los foi uma das experiências mais ricas que vivi nos últimos anos, obrigado por confiarem e acreditarem nesta pesquisa.

Gostaria de agradecer também ao professor Enrique que gentilmente auxiliou a lapidar essa ideia, obrigada pelas dicas de leituras e ideias trocas durante esse percurso, as pesquisadoras Alessandra, Cristiane, Ananda, Hilda e Marília não tenho palavras para lhes agradecer a acolhida que deram a esta pesquisa fornecendo e indicando fontes e leituras. Obrigada por serem tão atenciosos e fraternos com essa iniciante pesquisadora e seu projeto!

Aqueles que trilharam essa estrada ao meu lado mas que por ventura não estejam nominalmente citados, sintam um afetuoso abraço e recebam os meus mais sinceros agradecimentos!

“Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.

Para que eu possa um dia contemplar-
te
dominadora, em férvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia
importe.

Queira-te eu tanto, e de tal modo em
suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.
E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome”

(Carlos Marighella “Liberdade” São Paulo, Presídio
Especial, 1939.)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central refletir sobre o papel ocupado pela fronteiriça cidade de Jaguarão dentro da ampla agenda de resistência ao regime ditatorial civil-militar de segurança nacional estabelecido em 1964 no Brasil. Com base no mapeamento, realizado a partir de relatos orais, de aspectos da vida cotidiana dessa cidade, buscamos enxergar como essas particularidades afetam direta ou indiretamente a configuração e o modus de atuação das redes de mobilidade, formadas pelos mais diferentes atores sociais, atuantes nesta fronteira. Visando assim, demonstrar seu papel central na garantia do êxito da atividade de passada, atividade esta que se configura enquanto uma forma de salvaguardar vidas e de resistência ao regime. Por fim, salientamos que com este trabalho desejamos apontar aspectos que fizeram com que essa pequena cidade se insira em uma lógica mais ampla estabelecendo contatos locais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais através das redes, sendo de vital importância para o esquema de resistência e exílio de alguns quadros contrários ao regime de 1964.

Palavras- chave: Travessia; Rede de Mobilidade; Fronteira; Jaguarão; Ditadura Civil-militar de Segurança Nacional.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo central reflexionar sobre el papel ocupado por la fronteriza ciudad de Jaguarão dentro de la amplia agenda de resistencia al régimen dictatorial civil-militar de seguridad nacional establecido en 1964 en Brasil. Con base en el mapeo, realizado a partir de relatos orales, de aspectos de la vida cotidiana de esa ciudad, buscamos ver cómo esas particularidades afectan directa o indirectamente la configuración y el modus de actuación de las redes de movilidad, formadas por los más diferentes actores sociales, actuantes en esta frontera. Con el fin de demostrar su papel central en la garantía del éxito de la actividad de pasada, actividad que se configura como una forma de salvaguardar vidas y de resistencia al régimen. Por último, subrayamos que con este trabajo deseamos apuntar aspectos que hicieron que esta pequeña ciudad se inserte en una lógica más amplia estableciendo contactos locales, estatales, nacionales e incluso internacionales a través de las redes, siendo de vital importancia para el esquema de resistencia y exilio de algunos cuadros contrarios al régimen de 1964.

Palabras clave: Travesía; Red de Movilidad; frontera; Yaguarón; Dictadura Civil-militar de Seguridad Nacional.

LISTA DE ABREVIATURAS

ed. – Edição

n. – Número

org. – Organizadores

p. – Página

V. – Volume

LISTA DE SIGLAS

13° RC – 13° Regimento de Cavalaria
Adep – Ação Democrática Popular
AI-1 – Ato Institucional nº1
AI-5 – Ato Institucional nº5
AP – Ação Popular
AP-MLdoB – Ação Popular Marxista Leninista do Brasil
CIA – Central Intelligence Agency
CIEX – Centro de Informações do Exterior
DOPS – Departamento de Ordem e Política Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL – Sessão gaúcha do IPES
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MNR – Movimento Nacional Revolucionário
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Liberal
PRP – Partido da Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
RS – Rio Grande do Sul
SN – Segurança Nacional
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional
UGES – União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UJES – União Jaguareense de Estudantes Secundários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	13
1. <i>SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME!</i> TODOS OS OLHARES SÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL: VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA.	17
2. A FRONTEIRIÇA JAGUARÃO É PALCO DA TRAVESSIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA PASSAGEM PELA FRONTEIRA QUE SALVAGUARDOU VIDAS DURANTE O REGIME.	27
3. MEMÓRIAS DA TRAVESSIA: UM RELATO DE RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NA FRONTEIRA.	35
3.1. Claudio Maria Ricardo: “A UJES tem a palavra”.	39
3.2. Idas e vindas pela fronteira. Da memória vem a “história que o povo conta”.	42
3.3. A Operação Fronteira da AP.	46
3.4. <i>A voz dos que não tem voz!</i> Memórias de um padre que enfrentou a ditadura na fronteira.	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	53
REFERÊNCIAS.	57
ANEXO.	62

1. INTRODUÇÃO

Nosso tema de estudo é o período em que o Brasil viveu sob um regime ditatorial civil-militar de segurança nacional, com um enfoque no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Jaguarão. É a partir desta pequena cidade do interior do estado que procuraremos entender como se dava a travessia dos perseguidos políticos para o Uruguai, que até 1973 encontrava-se sob regime democrático¹. As relações de solidariedade, repressão e resistência, estabelecidas entre o Brasil e seus vizinhos do Prata, vem sendo pouco a pouco estudadas pela historiografia recente que trata da temática das Ditaduras de Segurança Nacional. Cada vez mais, nas últimas décadas, diversos historiadores têm passado a desenvolver suas pesquisas com um enfoque não mais apenas em generalizações deste tema, como nos alerta a pesquisadora Claudia Wasserman², ou sobre as particularidades do período no eixo Rio-São Paulo atentos cada vez mais às suas expressivas manifestações e ações de luta armada em outras regiões do território nacional. No que tange às particularidades e especificidades de cada região do país o estado do Rio Grande do Sul, marcado pela Campanha da Legalidade e por uma forte relação com o Trabalhismo, sua fronteira, bem como suas cidades de interior e pequeno porte, têm ganhado especial atenção dos historiadores nos últimos anos, passando a ser analisado a partir do seu caráter particular.

E é devido a uma produção historiográfica ainda incipiente a respeito desta fronteira, Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai, que me proponho a realizar o presente trabalho, visando contribuir para o preenchimento desta lacuna existente na história desta cidade, objetivando também o resgate da memória de um passado recente, que ainda possui muitas feridas abertas. Por ser uma cidade extremamente militarizada e dona de um passado repleto de coronéis e latifundiários, parece que a memória da resistência ao regime de 64 passa por um processo de silenciamento, pouco ou nada se fala sobre. Acrescido a isto, está o fato de Jaguarão não possuir um local que guarde os arquivos deste período, sabe-se que poucas

¹ Cabe nesse ponto fazermos a seguinte ponderação, é importante considerarmos que, embora o regime de SN só tenha sido implantado no Uruguai em 1973, há uma escalada do autoritarismo dentro do âmbito do regime democrático (no sentido institucional) desde pelo menos 1967, a partir da chegada de Pacheco Areco ao cargo presidencial, dando início ao período conhecido como “Pachecato”. Esta temática é profundamente debatida na tese do Padrós, e é fundamental para entendermos as dinâmicas de atuação das redes que cada vez mais passam a agir levando em conta os mecanismos de repressão e vigilância dos dois países. Sobre a escala autoritária no Uruguai desde o “Pachecato” sugerimos a leitura de PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. URG. Porto Alegre, 2005.

² WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: *A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória/ organizadores Enrique Serra Padrós, Vania M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Amanda Simões Fernandes*. - Porto Alegre: Corag, 2009. V. 1.

idades em nosso país o têm por isso, quando nos referimos a arquivos, falamos dos documentos mínimos que uma cidade deve possuir sobre sua guarda, como jornais da época ou atas da câmara. Não que estes documentos sejam completamente inexistentes, os poucos exemplares desses estão com partes faltantes, armazenados em diferentes arquivos, inclusive coleções particulares, deteriorados pelo tempo, ou se perderam ao longo dos anos. Pontos que dificultam que essa gama de documentos seja explorada com maior fôlego.

A justificativa pessoal da autora, que é natural de Jaguarão, se baseia no fato de sempre ter ouvido que “nesta cidade não existiu ditadura”, “aqui não ocorreram prisões”. Afirmações estas que foram repetidas ao longo das gerações e que fogem por completo às possibilidades de ocorrência de resistência e repressão dadas por um espaço fronteiriço. Sendo uma cidade com grande influência militar e área de interesse à Segurança Nacional após 1968, Jaguarão não estaria indiferente à realidade do país entre os anos de 1964 e 1985. Podemos explicar essas afirmações com base no imobilismo social causado pelo Terrorismo de Estado e silenciamento habitual de uma cultura do medo instaurada como uma das suas principais facetas, isso agregado a uma transição democrática arranjada durante os dez longos anos finais do regime bem como os silêncios trazidos por uma política de desmemória perpetrada durante o regime democrático, no entanto estas discussões fogem dos limites propostos para esta pesquisa e demandam um folego reflexivo bem maior do que estas breves linhas.

Assim, procura-se com este trabalho contribuir para o preenchimento dessa lacuna identificada na história local, e para além disso, dar um pontapé inicial para que outros pesquisadores possam passar a pensar as particularidades de temas mais amplos relacionados as especificidades das cidades de interior, das quais tão pouco se produz.

No que tange às poucas produções existentes voltadas para as especificidades deste espaço temporal podemos citar como marco desta, a chegada do Curso de Licenciatura em História ao campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa. Possibilitando olhares atentos as particularidades deste espaço não apenas no que tange à temática da ditadura militar como também à fundação de alguns dos seus bairros, o período escravocrata, religiosidades, dentre outros temas caros a uma historiografia que trata de diferentes aspectos da formação deste espaço. Especificamente no campo da história recente do período ditatorial civil-militar de Segurança Nacional nesta fronteira, destacamos os trabalhos produzidos pelos licenciados do curso em história Elena Porto Vieira com sua monografia *Em Busca das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre a Ditadura Civil-Militar em Jaguarão- RS a Partir das*

*Atas da Câmara de Vereadores e do Jornal "A Folha" (1964)*³, Renata de Paiva Tavares com o seu *"A Divulgação do Imaginário de "Brasil Grande" Durante a Ditadura Militar no Jornal A Fôlha de Jaguarão entre 1970 a 1974"*⁴ e o trabalho *A Ditadura Civil-Militar e o Movimento Estudantil em Jaguarão*, de Raniere Dourado⁵, ambos foram de fundamental importância, conforme veremos no capítulo dois desta monografia, para nos ajudar a pensar este espaço fronteiriço a partir das discussões propostas pelos autores.

Apoiados no método de história oral, realizamos entrevistas temáticas com diferentes personagens atuantes dentro das redes de mobilidade que auxiliaram na realização da travessia para o Uruguai daqueles que em território brasileiro eram perseguidos políticos. No entanto, como é próprio do ofício do historiador, esses relatos foram cruzados com outras fontes, como livros de memória, documentos oficiais e matérias de jornal, bem como analisados sob a luz de bibliografia específica produzida pelo tema, buscando precisão para a construção do discurso presente nesta monografia.

Travessia esta que vai muito além de uma simples passagem por uma fronteira política/geográfica, sendo parte de um todo muito mais amplo e complexo, que só é possível, a partir de uma ampla rede de contatos que vai desde a organização nacional, que articula a rota, passando pelo seu setor de serviços estadual, no caso da Ação Popular, simpatizantes e contatos pessoais durante esse trajeto até a fronteira onde a rede de mobilidade local se encarrega de executar a tarefa, conforme será demonstrado ao longo desta monografia.

Essas redes de mobilidade local eram formadas pelos mais diferentes tipos sociais, que, na maioria das vezes, nada em comum possuíam, a não ser o desejo de salvaguardar vidas e a inconformidade com o rumo político que o Brasil tomava. Partindo da hipótese de que a atuação nessas redes de certos indivíduos dotados de influência local tornava mais seguro o processo de travessia, destacamos nessa pesquisa a importância do papel desempenhado pelo cônsul uruguaio e por um dos párocos da cidade dentro do esquema de fronteira na primeira e na segunda geração de redes de auxílio a travessia, respectivamente. Figuras estas que souberam capitalizar muito bem seu prestígio social, a ponto de ganharem legitimidade para, por um tempo, não serem vistos como alguém capaz de subverter a ordem imposta pela ditadura e assim garantir relativa segurança as passagens pela fronteira.

³ PORTO, Elena. *Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal "A Folha" (1964)*. UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. *Jaguarão*, 2014.

⁴ TAVARES, Renata de Paiva *A Divulgação do Imaginário de "Brasil Grande" Durante a Ditadura Militar no Jornal A Fôlha De Jaguarão Entre 1970 a 1974*. Trabalho de conclusão de curso, Unipampa. *Jaguarão*, 2016.

⁵ DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. *A Ditadura Civil-Militar E O Movimento Estudantil Em Jaguarão*. UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. *Jaguarão*, 2017.

Dividida em três capítulos, a presente monografia apresenta no primeiro deles um breve esclarecimento do contexto que levou ao golpe de estado, a posição do Rio Grande do Sul e seu papel de resistência, explica também porque o estado, e principalmente suas fronteiras, passam a ser vistas com olhos mais atentos, tanto pela resistência como pela repressão. Já o segundo terá a cidade de Jaguarão como enfoque principal, discutindo também o conceito de travessia, suas formas e importância, trazendo uma abordagem direta do problema de pesquisa que norteia o presente trabalho. E por fim, no terceiro capítulo, trataremos, com base nas narrativas dos nossos personagens, especificamente da organização das redes de contatos, peça chave para entendermos a logística do processo de travessia.

Com isso, reiteramos que os objetivos aos quais se propõem essa pesquisa vão muito além de um simples relatar de como decorreram em Jaguarão os anos em que o Brasil se viu sob um regime ditatorial. Abordaremos aqui as redes de mobilidade que fazem com que essa pequena cidade do interior do estado se insira em uma lógica mais ampla, estabelecendo contatos estaduais, nacionais e internacionais, sendo de vital importância para o esquema de rearticulação e saída para o exílio de alguns quadros da militância contrária ao regime de 1964. Fazendo com que seu espaço, a partir das condições favoráveis à travessia, e sua gente, atuante nas redes de mobilidade, sejam protagonistas desse capítulo da história recente de nosso país. Por fim, esperamos com esse trabalho deixar uma significativa contribuição para que outros pesquisadores da área possam se debruçar sobre o mesmo dando continuidade ao preenchimento das lacunas na produção a respeito dessa fronteira.

1. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come! Todos os olhares são para o Rio Grande do Sul: vigilância, repressão e resistência.

Mais do que nunca é chegada a hora de atentarmos nossas pesquisas acerca do golpe civil militar de segurança nacional de 1964 para o caráter específico como este se forjou em cada estado, desvendando suas peculiaridades e importância atribuída dentro da ampla engrenagem repressiva que se segue pelos 21 anos do regime. Historiadoras como Ananda Simões Fernandes⁶, Caroline Silveira Bauer⁷, Cristiane Ávila Dias⁸, Marla Assumpção Barbosa⁹, Marília Brandão Amaro da Silveira¹⁰, dentre outras, têm realizado pesquisas de fôlego acerca de particularidades do Estado do Rio Grande do Sul neste contexto, trabalhos estes que nos lançam um leque de possibilidades para pensarmos questões referentes a diferentes âmbitos da repressão e da resistência para além dos grandes centros urbanos nacionais.

O golpe de 1964 não fora parido da noite para o dia, ele estava sendo gestado há alguns anos, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a posse do seu vice João Goulart à presidência indicava, e alarmava setores conservadores da sociedade brasileira, com a retomada de um projeto nacionalista que estava interrompido desde a morte de Vargas em 1954.¹¹ Se fizermos este breve recuo no tempo, ao começo do governo João Goulart, fica evidente o papel central do estado no processo político turbulento que se segue, vindo a despertar olhares atentos da repressão e dos grupos de resistência, visto que, em 1960 Jango faz expressiva votação pela segunda vez consecutiva para o cargo de vice-presidente, fato

⁶ FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai* (1964-1973). UFRGS. Porto Alegre, 2009.

⁷ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050-30. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre, 2006.

⁸ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila Dias. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*. Dissertação, Universidade de Passo Fundo - Instituto De Filosofia Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História. UFRGS. Porto Alegre, 2011.

⁹ ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de conclusão de curso. UFRGS. Porto Alegre, 2011. ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2014.

¹⁰ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *A Resistência Ao Golpe E Ditadura Militar Em Pelotas*. Trabalho De Conclusão Do Curso Universidade Federal de Pelotas Instituto de Ciências Humanas Departamento De História e Antropologia Faculdade de Licenciatura em História. Pelotas, 2010

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *Ditadura Civil Militar Na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas De Exílio*. Dissertação, Universidade Federal de Pelotas- Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. Pelotas, 2014

¹¹ Jango fora ministro do trabalho no governo Vargas e responsável por projetos como o aumento em 100% do salário mínimo

que, conforme nos lembra o historiador Carlos Fico, deve ser considerado em um período em que a eleição separada para os cargos de presidente e vice fazia com que o segundo fosse eleito a partir do seu prestígio nominal, e não a reboque da simpatia popular pela qual gozava o candidato à presidência¹² após ter mobilizado o país todo a partir de um discurso de combate a corrupção¹³. A posse da dobradinha Jan-Jan, como ficou conhecida, deu-se em janeiro de 1961 e foi abalada sete meses depois com a renúncia de Jânio Quadros.

Vale lembrar que, neste período, o mundo ainda vive sob os efeitos da Guerra Fria, dividido em duas frentes ideológicas lutando por hegemonia política, de um lado temos o bloco capitalista tendo enquanto maior expoente os Estados Unidos da América e do outro o bloco socialista em que a União Soviética toma a frente. Nesse cenário de Guerra Fria, estoura a revolução no “quintal” dos EUA, as forças socialistas saem vitoriosas no ano de 1959 em Cuba, construindo a partir daí um núcleo de poder popular e socialista na região, fazendo com que seus ideais sejam exportados para outros países, potencializando as preocupações imperialistas norte americanas sobre sua zona de influência, passando a lançar feroz ofensiva sobre o território visando à garantia de seus interesses. Em linhas gerais, a partir do êxito da Revolução Cubana, em 1959, a política externa norte-americana passa a ser pautada a partir da estratégia de contra insurreição, nas palavras da historiadora Ananda Fernandes “a guerra contrarrevolucionária tinha como estratégia a combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate às mazelas sociais dos países do Terceiro Mundo, principal motivo e atração do ideário comunista.”¹⁴ Assim, os anos 60 são inaugurados com uma sucessão de regimes ditatoriais de segurança nacional patrocinados e apoiados pelos Estados Unidos, dos quais o Brasil vai ser o laboratório de experimentação dessa nova ordem política latino americana, e é dentro desse contexto que o Rio Grande do Sul ganha papel de destaque a partir, sobretudo, de sua extensa fronteira.

No contexto da renúncia presidencial, temos a primeira tentativa de um golpe antidemocrático por parte de setores civil-militares brasileiros. Nessa ocasião, em 25 de agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart encontrava-se na China, em visita diplomática a este país de orientação socialista, a presidência da república era assumida por Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da câmara de deputados e os comandantes das três armas declaravam em manifesto oficial ao congresso a “absoluta inconveniência por motivos de

¹² FICO, Carlos. *O Golpe de 1964 momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 15.

¹³ Apoiando-se na imagem da vassoura que varreria a corrupção do país Jânio Quadros fez expressiva votação, segundo Carlos Fico cerca de 5,6 milhões de votos. Idem, p. 14.

¹⁴ FERNANDES, 2009. op. cit. p. 40.

segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente”¹⁵. Ainda segundo o historiador Carlos Fico, com base nesse manifesto, a justificativa para tal inconveniência estava nas tendências ideológicas apresentadas pelo vice-presidente, ainda quando era ministro do trabalho de Vargas, “incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais”.¹⁶ Tais atos eram, segundo os generais que redigiram o manifesto analisado por Fico, *motivados por objetivos políticos e prejudicavam os reais interesses das classes trabalhadoras*¹⁷, neste alegavam também a nomeação de indivíduos alinhados a um pensamento de esquerda e agentes ativos na disseminação do comunismo internacional no país para cargos importantes no ministério, e por fim, citavam a visita do vice-presidente à China, onde este teria manifestado claramente sua “incontida admiração ao regime (...) exaltando o êxito das comunas populares.”¹⁸ Porém, como faz questão de nos lembrar Fico, nas linhas seguintes de seu texto, Jango estava longe de ser comunista, era um latifundiário gaúcho, no entanto, era um político popular estimado pelo povo devido ao seu passado de afilhado político de Vargas. Boa parcela dos setores militares era antigetulista; o pesquisador o define ainda enquanto “uma das personalidades mais controvertidas da história do Brasil. Seus biógrafos oscilam entre classifica-lo como um covarde ou como um herói.”¹⁹

Fazendo frente ao posicionamento dos ministros, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, entrincheirado no Palácio Piratini, inicia em 27 de agosto de 1961 uma ampla mobilização popular, desencadeada a partir do rádio, que ficou conhecida como Rede da Legalidade. O Rio Grande do Sul vai ser o palco principal de atuação dessa rede de defesa do direito de regresso e posse da presidência de Jango. Difundida por importantes emissoras gaúchas, retransmitida para todo o Brasil e exterior, a Legalidade passa a ser apoiada pelo III Exército sediado no Estado, e pela União Nacional dos Estudantes Universitários, que transferiu sua sede para a capital gaúcha passando a atuar ativamente na campanha radiofônica. Para Carlos Fico, a Rede da Legalidade foi “de grande importância para o desdobramento da crise, até porque a atitude dos ministros militares havia desagradado boa parte da opinião pública, inclusive jornais importantes como o Correio da Manhã, Jornal do Brasil, e outros”²⁰. A saída para um país à beira de um confronto civil foi a adoção de um sistema parlamentarista, onde os poderes do presidente eram limitados. Segundo Jacob Gorender,

¹⁵ FICO, 2014. op. cit. p. 17.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem. p. 18.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem, p. 20.

“A classe dominante precisava de um Executivo forte e a emenda parlamentarista deu lugar a um Executivo enfraquecido. Tensionava-se podar as atribuições do novo Presidente da República e frear seus presumíveis excessos populistas. Mas, implantado como apressado remendo constitucional, o parlamentarismo fez do Executivo um monstro de duas cabeças.”²¹

Se analisarmos referida preocupação com a posse de Jango a partir das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, tal alinhamento político de retomada de um projeto nacionalista era um risco aos interesses estadunidenses. Concebida pelos EUA e difundida pelo mundo, a DSN tinha como objetivo máximo a contenção da ameaça comunista, sendo que, em sua concepção teórica, o conceito de comunismo era extremamente flexível, aplicável a todo e qualquer movimento que ferisse os interesses norte americanos²². O órgão responsável por sua assimilação e adaptação para o Brasil foi a Escola Superior de Guerra, passando a formar não só militares de alta patente como também civis. Segundo a historiadora Maria Helena Moreira Alves a ESG “influenciou os currículos de outras escolas militares brasileiras [...] a Escola de Comando do Estado Maior [...], em 1961, os cursos sobre segurança nacional já haviam se tornado mais influentes.”²³ Estavam sendo plantadas as sementes que germinariam nos 21 anos de ditadura no Brasil.

Considerando o momento oportuno, Jango se reaproxima do movimento operário e das correntes de orientação nacionalista no ano de 1962, objetivando a retomada dos poderes presidenciais, o que para Gorender pode ser definido como um “reaquecimento do populismo”²⁴, vinculando o presidencialismo à realização das reformas de base, enquanto, fora de cena, negociava apoio para a recuperação de seus poderes com forças conservadoras. Assim, “o parlamentarismo foi rejeitado por forças antagônicas, que esperavam do presidencialismo restaurado tanto a política das reformas de base como a política oposta de repressão aos trabalhadores”²⁵. Esse flerte do presidente com ambas as forças faz com que lá na frente seu governo perca credibilidade e apoio político.

O curto governo Jango foi marcado por grande efervescência de lutas sociais. Temos as ligas camponesas, numerosas no nordeste, a luta pela terra ganha força, greves do setor assalariado urbano se proliferam, o movimento estudantil, além de lutar por questões ligadas ao ensino, unia-se com os dois primeiros grupos em atos públicos²⁶. Visando acalmar os ânimos, o presidente encaminha ao congresso o programa das reformas de base, vagas na

²¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 19.

²² FERNANDES, 2009. Op. cit. p. 34.

²³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 34.

²⁴ GORENDER, 1990. Op. cit. p. 43.

²⁵ Idem. p. 45.

²⁶ LIMA, Haroldo. ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PCdoB*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984. p. 14-15.

prática, porém, falavam em desapropriação de terras as margens de rodovias, açudes e outros investimentos públicos, mas não chegavam a ser identificadas enquanto uma reforma agrária. Todavia, foram suficientes para por em frenesi setores conservadores da sociedade, tendo início uma ampla movimentação de desmoralização do governo Jango, dando ares civis ao golpe que ocorreria em 1964.

Diante de tamanha organização da classe trabalhadora, o fantasma da Revolução Cubana passou a assombrar setores ligados ao capital nacional e multinacional, um eficiente sistema conspiratório surge apoiado na trinca ESG, IPES, IBAD, constituindo-se assim “o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo”²⁷ financiada pelo capital estadunidense. Segundo Carlos Fico, a campanha de desestabilização do governo tem início em 1961, ganhando vulto nos anos seguintes. Segundo argumenta, nem todos os civis envolvidos tinham por objetivo, ao menos nos primeiros anos, a derrubada do presidente, estavam apenas visando à campanha eleitoral que levaria à escolha do novo presidente em 1965, já no que diz respeito aos militares, o autor vai apontar a existência de ilhas de conspiração não articuladas entre si²⁸. O fato é que, diante de expressivas manifestações de interesses irreconciliáveis e ampla propaganda contrária ao seu governo, Goulart começa a perder força política, e as “instituições da democracia formal mostram-se cada vez mais incapazes de resolver as contradições, [...] nesses casos, o governo pode não ser capaz de cobrir os custos de sua própria legitimação.”²⁹

A campanha de desestabilização estendeu-se até as vésperas do golpe, o governo norte-americano, através da CIA, agiu em conjunto com setores civis e militares, financiando desde campanhas de candidatos ligados à oposição até associações empresariais especializadas na contra propaganda a Goulart. Destas, merecem destaque as duas de maior vulto e atividade nessa tarefa o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a primeira, criada em 1959, tinha claro perfil anticomunista, contava com outras entidades apoiadoras como a Adep (Ação Democrática Popular) que participou ativamente nas eleições gerais de 1962. Segundo Fico, o objetivo principal do IBAD era “intervir diretamente na vida política”³⁰, sendo a entidade responsável por repassar os recursos norte-americanos³¹ destinados a campanhas eleitorais de candidatos

²⁷ ALVES, 1989. op. cit. p. 24.

²⁸ FICO, 2014. op. cit. p. 31.

²⁹ ALVES, 1989. op. cit. p. 23.

³⁰³⁰ FICO, 2014, op. cit. p. 34.

³¹ Segundo a pesquisadora Claudia Wasserman, os EUA através da Aliança para o Progresso destinaram cerca de quatro milhões de dólares, intermediados pelo IBAD que teria destinado aproximadamente dois milhões, para o

alinhados com seus princípios, sua atuação foi tão ativa e amplamente visível que gerou uma CPI. Levando a sua extinção, juntamente com a Adep, no mesmo ano. Já o IPES, fundado em 1961, iniciando suas atividades em 1962, escapou da mesma CPI, conseguindo livrar-se das acusações, pois direcionava suas atividades para a propaganda, algumas das mais marcantes foram os filmes produzidos, todavia, palestras, cursos e distribuição de impressos, que associavam Jango ao comunismo e possuíam clara intenção de desmoralizar seu governo, estavam entre suas principais atividades³². O órgão também esteve presente a atuante no estado do Rio Grande do Sul, a IPESUL fundada em 1962 na capital de atuação discreta, mas estratégica dentro da conspiração golpista³³, e tanto sua matriz como sua sessão regional encerraram suas atividades no começo da década de 1970.

Segundo o historiador Jacob Gorender, “a crítica à política conservadora de Jango foi desfechada também pela corrente nacionalista de Brizola”³⁴. Nas eleições para governador em 1962 o líder petebista não conseguiu fazer um sucessor ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, que passou a ser governado por Ildo Meneghetti, representante da Ação Democrática Nacional, sob a qual se reuniam todos os partidos conservadores do estado³⁵. Apoiado pela maioria do Legislativo, Meneghetti veio a ser um dos apoiadores do golpe de 1964, que objetivava uma coalizão para lutar contra a influência da bancada petebista, seu governo contou também com o apoio da Brigada Militar do estado, conivente e atuante com o Executivo durante a escalada repressiva desferida contra os movimentos sociais rurais e urbanos estimulados durante o governo Brizola³⁶. O que, segundo a pesquisadora Claudia Wasserman, fazia com que o RS antecipasse em nível regional “um modelo de comportamento repressivo na direção dos movimentos sociais que se repetiria a partir de 1964 no resto do País”³⁷, fazendo com que o estado se convertesse em um barril de pólvora a partir da atuação de uma bancada pró-Jango bem significativa, desferindo críticas contundentes a cada ato repressivo do governo Meneghetti.

financiamento de candidaturas de deputados e governadores anti-Jango em vários estados, inclusive no Rio Grande do Sul. WASSERMAN, Claudia. op. cit. p. 52.

³² Idem. p. 35.

³³ PADRÓS, Enrique Serra e LAMEIRA, Rafael Fantinel. O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão, In: PADRÓS, Enrique Serra. et. al. (org). A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória, op. cit. V. 1. p. 43-42.

³⁴ GORENDER, 1990. op. cit. p. 46.

³⁵ PSD, UDN, PL, PRP e PDC.

³⁶ Marcado pelo florescimento dos movimentos sociais e estatização de empresas estrangeiras, atribuindo ao RS caráter relativamente importante dentro de um cenário nacional de disputas políticas. WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” op. cit. p. 52-56.

³⁷ Idem. p. 57.

Se antes os ânimos já estavam bastante exaltados no Estado do Rio Grande do Sul, após o golpe eles chegam à beira de um colapso nervoso. Meneghetti preparava o terreno para o golpe dando início à Operação Farroupilha³⁸. Apesar do número de oficiais legalistas no III Exército, a ação militar golpista foi extremamente significativa, contando com expressivo número de destacamentos das três armas e da brigada. O presidente da República decide por um não derramamento de sangue e parte para o exílio no Uruguai. Tem início então 21 longos anos de constantes violações dos direitos humanos e de sistemática vigilância das vidas, corpos e mentes da nação brasileira, em que todos são suspeitos de conspiração contra a segurança nacional. O estado do Rio Grande do Sul, devido a sua vasta fronteira com os países democráticos do Prata³⁹, sua atuação na campanha da Legalidade de 1961 e a simpatia de seu povo pelos líderes exilados no Uruguai, dentre outros fatores, passa a figurar constante na mira da repressão.

Após o golpe de estado, as fronteiras territoriais do nosso país ficaram subordinadas às diretrizes ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional, ganhando caráter fluido⁴⁰, tanto para a resistência, que via no país vizinho uma possibilidade de liberdade e rearticulação, quanto para alguns setores da repressão, que passam a transitar com maior mobilidade entre os seus vizinhos do Cone Sul, espionando e perseguindo “o inimigo interno asilado em um país vizinho, assim como o inimigo interno alheio, potencial fator de ameaça e perturbação da ordem e da Segurança Nacional.”⁴¹ Prática essa que vai ficar ainda mais sistemática após a implantação da Operação Condor durante a década de 1970.

A partir de uma abordagem pautada em uma ideia de Fronteira Zona⁴², a pesquisadora Marília Silveira traz em sua dissertação de mestrado⁴³ importantes contribuições para pensarmos o caráter particular que o estado do Rio Grande do Sul ganha por sua vasta

³⁸ Durante a tarde do dia 31 de março de 1964 o governador do Estado do RS decretou feriado escolar e bancário até o dia 3 de abril, reforçou a segurança do Palácio Piratini e isolou a Praça Matriz, requisitou todas as emissoras de rádio com o intuito de evitar manifestações populares e evitar uma nova Cadeia da Legalidade. Mais informações sobre o dia do golpe no Estado podem ser encontradas no artigo WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” op. cit. p. 59

³⁹ Argentina e Uruguai

⁴⁰ Nesse ponto cabe realizarmos a seguinte ponderação, a fluidez desta fronteira não pode ser pensada da mesma maneira durante as duas décadas de regime, a dialética entre estado e oposição atua fortemente sobre esta, fazendo com que, em alguns momentos ela estivesse mais propícia as travessias rumo ao exílio do que em outros, quando esta se fechava e a fiscalização se tornava mais ostensiva. Assim, cada caso deve ser analisado em suas particularidades para evitarmos os riscos das generalizações.

⁴¹ ASSUMPTÃO, op. cit. p. 20.

⁴² Uma concepção de fronteira que vai além das cidades limítrofes, inclui também cidades próximas a estas que inserem-se no caráter dinâmico de trocas comerciais, culturais e estatais entre os dois países.

⁴³ SILVEIRA, 2014. op. cit.

fronteira, Já tendo sido apontado nas memórias de diversos militantes⁴⁴ enquanto palco de tarefas específicas, sobretudo as travessias de perseguidos políticos, circulação de pombos-correio⁴⁵ e esquemas de fronteira para inserção de armamentos ou fundos para a luta armada. Fazendo com que se constituíssem no estado estratégias próprias de resistência ao regime e rearticulação de luta.

O Uruguai, país de longa tradição democrática, é o destino escolhido por grande parte da primeira geração de exilados⁴⁶. Nesse sentido, os olhos da repressão caem sobre o estado do Rio Grande do Sul, próximo geográfica e culturalmente ao país vizinho. Embora a pesquisa não vise discutir exaustivamente os modos de articulação da repressão e sua atuação na fronteira, partimos da ideia de que o entendimento de tal atividade se torna fundamental para a compreensão das estratégias de resistência dos grupos opositoristas frente a tais práticas sistêmicas de repressão perpetradas pelo regime no pós 1964, sistematização a partir da necessidade de sua defesa interna, pautada segundo o conjunto de preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional⁴⁷. “Visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares”⁴⁸ passa a implicar diretamente, dentro do contexto de bipolaridade mundial causado pela Guerra Fria, nos modos de organização da sociedade naquela época, impondo uma série de práticas autoritárias para contenção da propagação da ameaça comunista, visando à defesa da pátria do seu inimigo interno, e no caso da fronteira, do inimigo externo também. Uma vez que, anteriormente à ascensão do Pachecato durante os primeiros anos do golpe no Brasil, a comunidade Uruguia

⁴⁴ BETTO, Frei *Batismo de Sangue. "Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella."* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone.* Por: Editora Proletra, 1999. TAVARES, Flávio. *Memórias Do Esquecimento.* São Paulo: Editora Globo, 1999. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador.* Codecri, 1981. 15.1 Resistência Neginho, Antonio Geraldo Costa. In: FERRER, Eliete (Ed.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos.* Realização: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011. p. 314-316.

⁴⁵ Termo utilizado para indicar indivíduos ligados a figura do ex governador gaúcho Leonel Brizola que passam a transitar entre os dois países, durante o período em que Brizola esteve exilado no Uruguai, no intuito de levar e trazer informações, matérias, fundos para rearticular a resistência ao regime instaurado no Brasil. Índio Vargas logo nos primeiros capítulos do seu livro de memórias vai descrever alguns pormenores dessa atividade. VARGAS, Índio. op. cit.

⁴⁶ A pesquisadora Denise Rollenberg em seu livro “Exílio: entre raízes de radares” vai apontar a existência de duas gerações de exilados, a primeira delas constiu-se logo após o golpe e é formada, sobretudo, por indivíduos já atuantes na vida pública como políticos depostos, importantes líderes sindicais e estudantis, dentre outras figuras ligadas e ebulição social dos anos anteriores. Já a segunda geração da-se logo após o AI-5 e forma-se sobretudo a partir de integrantes da luta armada. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares.* Citado. Editora Record, 1999.

⁴⁷ Para um melhor entendimento desse processo de aplicação da DSN ao caso brasileiro recomendamos a leitura de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* São Paulo: Vozes, 1984.

⁴⁸ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar.* op. cit. p. 17.

se mostra solidaria à causa dos exilados, redes de apoio se estabelecem no outro lado da fronteira gerando preocupação nas autoridades brasileiras atraindo até mesmo a atenção de agentes da CIA⁴⁹, que passam a vigiar de perto a comunidade de exilados que se instaurou no país, sobretudo aqueles ligados aos políticos brasileiros depostos logo após o golpe.

Após a chegada de Pacheco Areco ao governo, em fins de 1967, ocorre o movimento caracterizado pela historiadora Ananda Simões Fernandes enquanto um alinhamento repressivo entre os dois países, enquanto no Uruguai são plantadas as sementes do Terrorismo de Estado⁵⁰ que seriam colhidas durante a ditadura, no Brasil vivemos a plenitude sistematizada de sua larga utilização durante os anos de chumbo iniciados pelo AI-5, em 1968. Nesse sentido, o Brasil, que antes interferia constantemente na política Uruguiaia, exercendo sucessivas pressões na busca de um cerceamento da mobilidade dos exilados no país vizinho, passa a atuar ativamente durante o Pachecato exportando seu modelo repressivo de esquadrões da morte, e monitorando ativamente seu inimigo interno exilado, contando com amplo auxílio de órgãos uruguaios para tal fim, como também passou a se preocupar com o inimigo interno do país vizinho, conforme nos demonstra Ananda Fernandes neste trecho de sua dissertação:

“Enquanto o Uruguai atravessava um período de escalada autoritária- que acabaria conduzindo-o para o Terrorismo de Estado- o Brasil vivenciava os “anos de chumbo”, momento no qual o Terror se fez presente na ditadura. A qualificação da repressão no plano interno, à emergência do “Brasil potência” e do “milagre econômico” e o seu projeto expansionista fizeram com que a ditadura brasileira passasse a se ocupar com maior rigor do que estava ocorrendo com seus países vizinhos. No caso do Uruguai, a colaboração e a cooperação brasileira eram bem-vindas [...]. Os “inimigos internos” que o Uruguai enfrentava durante os conturbados anos 1960 passaram a ser inimigos em potencial do governo brasileiro [...] também se tornaram alvo de vigilância dos órgãos de inteligência brasileiros.”⁵¹

Embora a escalada autoritária no Uruguai não seja o foco da nossa pesquisa, ela é de fundamental relevância para que possamos entender algumas das estratégias utilizadas pelos esquemas de Travessia articulados pela segunda geração das redes de mobilidade atuantes na fronteira Jaguarão/ Rio Branco durante esse período de alinhamento repressivo entre os dois países, conforme será analisado no último capítulo dessa monografia.

⁴⁹ Sobre a atuação dos agentes da CIA no controle da comunidade de exilados políticos brasileiros estabelecidos no Uruguai sugerimos a leitura das memórias do agente Manoel Pio Correa. CORRÊA, M. Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro, 2º ed.: Expressão e Cultura, 1995.

⁵⁰ Práticas sistêmicas de repressão praticadas pelo estado ditatorial, como prisões ilegais, falta de informação a respeito do paradeiro dos detidos, censura a imprensa, tortura, sequestro, dentre outras, gerando na população uma cultura do medo que causa imobilismo as praticas individuais e coletivas de oposição ao regime, gerando uma apatia social diante das violências cometidas por esse mesmo estado ditatorial. Para um melhor entendimento do conceito sugerimos a leitura da tese de doutorado do pesquisador Enrique Serra Padrós. PADRÓS, op. cit.

⁵¹ FERNANDES, op. cit. p. 179

Com essa breve explanação do contexto de tensão mundial que levou a uma forte onda repressiva a toda e qualquer manifestação social, implantada a partir de sucessivos golpes de estado, durante a segunda década do século XX, por todo o continente Sul Americano, vimos a importância de analisar o regime de Segurança Nacional iniciado no Brasil em 1964 dentro dessa conjuntura de bipolaridade promovida pela Guerra Fria, onde a Revolução Cubana ocorrida no “quintal dos Estados Unidos” faz com que sua hegemonia sobre o continente seja ameaçada por essa força ideológica oposta.

O Brasil primeiro a sofrer um golpe, sendo considerado o “laboratório” de experimentação de um regime pautado nas premissas da DSN, vinha enfrentando uma intensa crise política durante os primeiros anos da década de 1960, sendo o primeiro ensaio de uma tomada de poder dos quartéis já em 1961, com a renúncia de Janio Quadros, todavia, Jango assume a presidência, graças, em partes, a uma ampla movimentação popular desencadeada a partir da Cadeia da Legalidade de Leonel Brizola, para a qual o RS foi o palco central de atos. Fato que vai ser constantemente levado em conta durante o pós 1964 quando as atenções da repressão se voltam para o Estado Gaúcho.

Nesse sentido, se faz cada vez mais necessário focarmos nossos estudos a cerca de temas referentes ao período ditatorial civil militar de segurança nacional brasileiro em regiões específicas do País, visto que “não é mais possível ignorar o papel das diversas forças estaduais brasileiras no golpe de 1964” o Rio Grande do Sul foi palco de acontecimentos que só poderiam desenrolar-se no estado devido ao seu histórico de atuação política e seus aspectos geográficos, permitindo assim, que o estado desempenhasse tanto o papel de força articuladora, a partir do grupo que se aglutina ao redor do governador Ildo Meneghetti, quanto o de potencial margem de resistência ao golpe, a partir da tentativa de reedição da cadeia da legalidade, organizada por Leonel Brizola, a forte ligação do povo gaúcho com o ex-presidente deposto, a expressiva bancada trabalhista atuante no estado e sobretudo sua vasta fronteira, aspecto sobre o qual pretendemos nos debruçar com maior folego durante dos dois últimos capítulos desta monografia, que se seguem. Onde pretendemos discutir a Travessia de perseguidos políticos para o Uruguai, país institucionalmente democrático até 1973, tratando de maneira mais pormenorizada as relações estabelecidas entre esses dois países.

2. A fronteira Jaguarão é palco da Travessia: considerações teóricas acerca da passagem pela fronteira que salvaguardou vidas durante o regime

Pensar em aspectos dos anos de ditadura civil-militar de segurança nacional vividos no Brasil durante a segunda metade do século passado a partir de vivências transcorridas na fronteira Jaguarão, demanda que sejam levadas em conta as particularidades políticas, socioculturais e geográficas desta pequena cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Particularidades essas que são vitais para o bom funcionamento da atividade de travessia para o Uruguai dos quadros da militância que estavam sendo perseguidos pelo regime brasileiro.

Tal atividade, cada vez mais, vem sendo apontada pelos especialistas no período como sendo uma das “peculiaridades em termos das grandes análises de conjunto construídas desde o centro do país”⁵². Uma vez que, após o golpe, o território estadual ganha ares de corredor para a resistência, seja pelas constantes viagens dos pombos-correio de Brizola rumo ao exílio, onde se tecia uma reorganização conjunta à resistência atuante no Brasil, seja pelos mais diferentes esquemas de fronteira montados para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos no país. De ambos os momentos, a fronteira Jaguarão foi palco de atuação, e embora pouco se fale de tais fatos hoje, essas lembranças permanecem vivas na oralidade daqueles que vivenciaram essas experiências.

Um dos problemas enfrentados por aqueles que se propõem a tratar desse tema relacionando-o a cidade de Jaguarão é a pouca possibilidade de acesso às fontes documentais e orais, pois há um esforço de silenciamento dessa memória, não se fala sobre, ou não se falava até a chegada da Universidade. Fato este que gerou um contra esforço, ainda muito incipiente, de produções voltadas para esse tema. Academicamente, olhares mais centrados sobre a cidade durante esse período são oriundos de pesquisas mais recentes produzidas após chegada do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão. Dentre estes trabalhos, podemos citar o de Elena Teixeira Porto Vieira, um estudo introdutório preocupado em apontar possíveis fontes para que demais pesquisadores possam desenvolver seus trabalhos nessa temática com olhares voltados para esta pequena cidade. Assim, a autora vai se referir à travessia de maneira muito vaga logo na introdução à sua monografia, enquanto aponta aspectos particulares desse espaço entre o pré-golpe e os acontecimentos imediatos a este. Deixando claro o caráter particular a qual Jaguarão está subjulgada por ser zona de fronteira, logo um corredor para o Uruguai, possibilitando idas e

⁵² PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Prefácio. In: Autor, *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol. 1. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 23.

voltas, dentro dos limites impostos pelas circunstâncias, e assim despertar a atenção de diversas autoridades constituindo um espaço crítico de defesa perante o inimigo interno e externo asilado no Uruguai, a autora vai pontuar algumas das principais mudanças ocorridas na burocracia local, a partir de um minucioso trabalho com as atas da câmara de vereadores, onde busca tecer as redes políticas instaladas na cidade pensando o seu apoio, ou a ausência deste, ao golpe.

Realizando apontamentos acerca das possibilidades de pesquisa no jornal local, “A Folha”, a autora cita “[...] Grupo Dos 11, que seria uma união de comunistas na cidade, perseguida pelos militares preocupados com a saída deste grupo pela fronteira com o Uruguai.”⁵³, sendo estas quase três linhas os únicos indícios concretos da ocorrência da travessia de militantes brasileiros para o país vizinho em sua obra.

No entanto, partir da referência trazida pela autora, tomamos contato com a matéria “Entrevista do comando do 13º R.C a esse jornal”, na íntegra, publicada no jornal “A Folha” dezesseis dias após o golpe. Podemos assim estabelecer conexões desta fonte com o nosso objeto de pesquisa. O texto traz relatos referentes à operação limpeza, realizada alguns dias antes da edição do jornal ser publicada, aborda também a preocupação dos militares com o Grupo dos Onze e a forte ligação da população jaguareense com o PTB, sobretudo a figura de Leonel Brizola. O Jornal vai assinalar,

“Acompanharam os militares nessa operação de limpeza em todos os focos comunistas, os delegados de Jaguarão e Pedro Osório. [...] foi constatada de forma evidente a existência em Jaguarão, dos chamados “Grupo dos 11”, o que demonstra o adiantado grau de infiltração de espírito depredatório a serviço de políticos inescrupulosos, em que estávamos envolvidos.”⁵⁴

Tais elementos são fundamentais para que possamos entender quem era o inimigo interno do regime nesse momento, nesse espaço fronteiriço. E a partir do entendimento desse tipo engajado em fazer oposição ao regime, desde aqueles que manifestavam simpatia ao ex-Governador Leonel Brizola e aos demais Petebistas exilados, até a militância orgânica dentro da UJES, denotando dinâmicas da repressão que interferem diretamente no modus de articulação dos personagens presentes em nossas redes de mobilidade.

Tendo em vista que, para realização do ofício do historiador, se faz necessário o cruzamento de diferentes fontes, em nossas entrevistas com o Sr. Claudio Maria Ricardo, indivíduo que atuou nos primeiros esquemas de travessia nesta fronteira, e sofreu diretamente com a operação limpeza noticiada pelo Jornal, questionamos o mesmo a respeito da real articulação do grupo dos 11 nesta cidade,

⁵³PORTO, Elena. op. cit. p. 13.

⁵⁴ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A Folha nº 803, de 16 de abril de 1964.

“Olha agora que bom que tu chegou nisso, eu vou te dizer mais uma vez o imaginário, [...], isso aí de Grupo dos 11 é o imaginário, Lise, era uma coisa totalmente desordenada, totalmente desorganizada, vou te dar um exemplo agora, nós montamos um grupo dos 11 tu arruma mais 10, certo? Certo? Tas me entendendo? Mas acontece que sem nenhuma, nenhuma formação, preparação pra um combate, pra um esquema de guerrilha, para nada! Tinha não sei quantos [a gravação cortou, creio segundo o que recordo da conversa, que nesse ponto seria “Grupo dos 11”], mas aí tu vai ver o cara botava o filho, botava a mulher, botava a cunhada, botava o velhinho que morava na esquina, botava não sei quem... então isso daí não mobilizou nada! O Brizola sabia que era assim, ele disse depois pra nós, ele sabia, mas sempre era uma coisa a mais, entendesse? Se tinham no Brasil 10 mil grupo de 11, em Pernambuco, principalmente, aqui no Sul, tu sabe que gaúcho é muito garganta, tu me desculpa, eu sou gaúcho sou de Jaguarão, mas o gaúcho é muito roncador, tu sabe disso. Na hora que o troço enfeiou, tu vê aí em Jaguarão nos tinha gente, bah!, [inaudível] que tinha que se reunir, tinha o comitê aqui no centro de Jaguarão com o capitão Martini (Martili) com esses dois majores aí, de pegar pra valer voluntariado para se incorporar ao quartel, que nós íamos tomar aí, nós tínhamos a maioria na realidade, sumiu! O que fugiu de gente pras fazendas, pra fora, pro Uruguai.”⁵⁵

O começo da fala do Sr. Claudio traz apontes a respeito dos Grupos de 11 camaradas articulados a partir da força política de Brizola que já são consensuais na historiografia do período, tendo em vista o trabalho de análise de documentos produzidos pelo aparato repressivo do país, conjugado a relatos orais de indivíduos que assinaram essas listas, sabe-se que expressivo contingente as assinou apenas por simpatia, ou respeito a Brizola, sem nenhuma base ideológica ou aparato de militância orgânica, que na prática acabaram por resultar em tentativas de mobilização fracassadas⁵⁶.

Pouco mais além, no campo das produções acadêmicas sobre esta fronteira, foi o historiador Raniere Dourado que, ao discorrer sobre a atuação do Movimento Estudantil e as estratégias de resistência ao golpe nesta cidade a partir da experiência do anistiado político Claudio Maria Ricardo, figura de expressiva atuação política dentro da União Jaguareense dos Estudantes Secundaristas, a UJES, entidade ligada a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, UGES, que tem sua breve história de atuação e resistência frente ao regime narrada nesse trabalho. Para além destas questões que são pontuais nas trajetórias dos movimentos estudantis, pesquisador traz também em seu trabalho, apoiado nas memórias do Sr. Claudio, nuances dos primeiros anos de ditadura nesta cidade, tratando também do expurgo social sofrido pelos atingidos pela primeira leva de expurgos, sobretudo os expurgados de UJES, deixando evidente, assim, o apoio popular ao novo regime ao cruzar matérias do jornal local, “A Folha”, com as memórias do Sr. Claudio.

⁵⁵ RICARDO, op. cit. Agosto de 2018.

⁵⁶ BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região Alto Uruguai –RS*. Dissertação de mestrado, Passo Fundo, 2003. p. 63-66.

No terceiro capítulo de seu trabalho, o pesquisador vai trazer uma breve referência à travessia de perseguidos políticos a partir da atuação desta personagem, que após desligar-se da linha de frente do Movimento Estudantil, passou a dedicar-se à atividade de passagem⁵⁷. Em seu trabalho de conclusão de curso, o historiador traz a seguinte passagem da entrevista realizada por ele com o Sr. Claudio: “JEC deu origem à AP, Ação Popular, que já era um grupo clandestino, em que eu cheguei a participar um período, para lutar contra a ditadura”⁵⁸. Com base nesse relato, que não precisa o período de atuação do entrevistado dentro da organização, e sabendo através das memórias deste, expressas na monografia do historiador Raniere Dourado, nossa hipótese inicial era a de que, casando esses dados com os do documento produzido pelo DOPS RS⁵⁹ sobre as atividades desenvolvidas pela AP-MLdoB no RS⁶⁰, constatou-se a existência de um comitê em Pelotas-RS ligado ao movimento estudantil, o que nos levava a crer que Pelotas e Jaguarão estivessem em conjunto para garantir a eficiência da rede de contatos necessários para o êxito das atividades da resistência, sobretudo as travessias. Hipótese esta que não se confirmou quando realizamos as entrevistas com os dirigentes da célula Pelotas de organização e com o Sr. Claudio Maria Ricardo para este trabalho, nos revelando a atuação de diferentes redes não conectadas entre si.

Todavia, os referidos trabalhos, a partir de seus enfoques e abordagens que priorizam outros temas referentes ao período, são essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois nos ajudam a compreender nuances presentes nos modos de vida da população jaguareense de cinco décadas atrás, e acrescidos às fontes orais e documentais consultadas para este estudo, nos possibilitaram perceber distintas ligações entre diferentes atores sociais. A estas ligações daremos o nome de *redes*. Conceito este que é fruto de um longo debate em um esforço interdisciplinar entre antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores ainda durante o século XX. Porém, só começou a ser incorporado enquanto aporte teórico na história a partir da primeira década dos anos 2000, enquanto recurso explicativo utilizado para apontar interações socioeconômicas entre os indivíduos⁶¹, procurando demonstrar como determinadas ligações de poder ou financeiras poderiam cooperar ou dificultar a manutenção de determinadas posições sociais. Diversos são os períodos históricos aos quais o conceito se enquadra a partir de tal definição, no entanto, este acaba por ser mais comumente empregado

⁵⁷ DOURADO, op. cit. p. 62.

⁵⁸ RICARDO, 2016 Apud DOURADO, op. cit. p. 47.

⁵⁹ Departamento de Ordem Política e Social do estado do Rio Grande do Sul

⁶⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APMLdoB no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

⁶¹ ANTUNES, Cátia. *A história da análise de redes e a análise de redes em história*. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 2, 2012.

para explicar a formação do poder centrado em determinadas famílias durante o período colonial brasileiro, ou ainda, as redes coronelistas existentes durante o Brasil Império⁶².

Entretanto, longe dessa abordagem socioeconômica e inserido na presente pesquisa, o referido conceito ganha conotações metafóricas, buscando compreender não mais as relações interpessoais entre os indivíduos que atuam enquanto alicerces para a manutenção de uma determinada posição na sociedade, mas sim, como se articulam os diferentes atores sociais, que em alguns casos nada tem em comum a não ser o desejo de salvaguardar vidas, para que de uma maneira ou de outra, possam vir a tornarem-se peça chave na manutenção das atividades de resistência influenciando direta ou indiretamente no processo de travessia.

Também apontado por alguns autores como *redes de solidariedade*,⁶³ a referida sentença não ganha uma definição formal teórica conceitual para o recorte aqui trabalhado, onde em boa parcela da produção acadêmica, a qual tivemos acesso⁶⁴, *redes* é um conceito pouco discutido em sua subjetividade, enquanto aporte teórico explicativo para o referido período. Contudo, nota-se a exaltação de sua operacionalidade dentro de uma ideia de amplitude do processo, de vital importância para a manutenção das rotas de travessia. Assim, pesquisadoras como Cristiane Dias e Marília Amaro da Silveira vão chamar atenção para o caráter metamórfico dessas redes, sua logística e esquemas de segurança, o empregando de maneira prática como uma palavra acessória utilizada para explicar a importância desses contatos estabelecidos pelas mais distintas pessoas em prol de um único objetivo, salvaguardar as vidas dos perseguidos políticos que pela fronteira deveriam passar rumo à “liberdade”⁶⁵. Tendo em vista que seu emprego é fundamental para o entendimento do processo, apontamos aqui a necessidade de reflexões mais sistêmicas a respeito deste conceito, deixando assim um aponte para possíveis pesquisas futuras, uma vez que reflexões teóricas de maior fôlego sobre o emprego das *redes de mobilidade* enquanto um meio de entendimento de algumas relações estabelecidas no período ditatorial, embora importantes, fogem dos objetivos aos quais se propõe a presente monografia.

⁶² PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BUENO, Newton Paulo. *Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação*. In: Anais do XIX Encontro Estadual de História- Anpuh-MG “Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho”. Juiz de Fora, 2014.

⁶³ ASEFF, 2008 op. cit. ASSUMPÇÃO, 2011 op. cit.

⁶⁴ DIAS, op. cit. SILVEIRA, *Ditadura Civil Militar Na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas De Exílio*. op.cit

⁶⁵ Utilizamos o termo liberdade com aspas, pois essa não ganha contornos plenos uma vez em solo estrangeiro, assim como a resistência se articula e se apoia nas redes, da mesma forma a repressão lança mão das suas próprias redes para garantir o bom funcionamento do seu aparato repressivo. Todavia, embora importante esse aspecto, não será abordado com grande fôlego, devido aos objetivos aos quais se propõe a monografia, porém se faz necessário elucidar sua existência, até mesmo para fins de possibilitar um melhor entendimento das nuances que diretamente vão implicar na organização das atividades de resistência ao golpe.

A ideia de redes de solidariedade, no âmbito dos estudos referentes ao exílio, temática com a qual esses trabalhos dialogam trazendo uma análise macro dessas redes, configura-se em termo empregado para designar laços que se estabelecem no âmbito da militância internacional, chegando à formação de comunidades de exilados ou organizações com objetivos assistencialistas que visam garantias a permanência dos exilados por motivos políticos no país onde estas agem. Segundo a pesquisadora Maria Claudia Bandan Ribeiro, as redes de solidariedade surgem a partir da ação de,

“[...] militantes dentro da chamada esquerda internacional explorando, sobretudo, os vínculos mantidos entre eles, destacando de que forma este “exílio militante” foi organizado, dando origem a grupos ideológicos afins, nesta solidariedade que transcendeu muitas vezes o plano teórico e a ação coletiva, realizada também num plano individual e humanista, por pessoas que participaram dos mesmos valores e emoções dentro dos movimentos revolucionários daquele tempo. Uma das mais antigas redes de ajuda foi fundada em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia, [...]”⁶⁶

Voltando nossa análise para as fronteiras brasileiras e, sobretudo para as cidades geminadas ou com ligações que facilitam o acesso ao outro lado da fronteira, como é o caso de Jaguarão, os grupos que organizam as rotas de saída rumo ao Uruguai preocupam-se apenas com a segurança e efetivação positiva da passagem, não há uma preocupação assistencialista em níveis de prover meios de fixar esses militantes no país vizinho, tal apoio pode haver em um âmbito maior por parte do comando nacional/ estadual da organização que planeja a rota ou por parte daqueles que já se encontram no exílio. O grupo atuante na fronteira, e essa característica encarada enquanto uma particularidade local⁶⁷, só se encarrega da mobilidade, por isso caracterizamos esses grupos enquanto Redes de Mobilidade e não enquanto redes de solidariedade como tem sido apontado por outros estudos.

Para o caso jaguareense, conseguimos mapear duas redes de mobilidade que se articularam obedecendo às necessidades dispostas de acordo com os diferentes momentos políticos do regime. Para fins de um melhor entendimento a respeito das mesmas decidimos por classificá-las enquanto primeira e segunda geração das redes de mobilidade. Entendendo o conceito de geração enquanto um grupo de indivíduos que juntos participam dos mesmos acontecimentos, o que neste caso designa os diferentes grupos de pessoas que atuaram direta ou indiretamente no processo de Travessia. Tal definição se dá com base nos argumentos de

⁶⁶ RIBEIRO, Maria Claudia Bandan *Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985)*. In. MESA TEMÁTICA 09- Exilios políticos massivos em Europa y Latinoamérica en el Siglo XX: dimensiones comparadas y regionales. _____ p. 12.

⁶⁷ Trabalhos como ASSUMPÇÃO, 2011, op. cit. Cap. 3. e ASEFF, 2008, op.cit, nos apontam para a atuação de indivíduos, que uma vez situados na fronteira em Santana do Livramento e Riveira, exercem duplo papel, eles realizam a travessia e ao mesmo tempo abrigam e provem meios de permanência dos perseguidos políticos brasileiros no outro lado da fronteira, configurando assim, uma rede de solidariedade em âmbito local.

Claércio Ivan Schneider de que “A geração pode ser um fato natural, biológico ou cultural, investida de simbologia, como também pode ser uma construção do historiador que classifica, rotula, identifica”⁶⁸

A primeira delas é organizada logo após o golpe, a partir da atuação de alguns militantes da União Jaguareense dos Estudantes secundaristas, liga-se diretamente a membros do PTB na capital, de onde vinham as indicações de quem deveria passar pelo esquema. ao que tudo indica esse esquema perdurou para além do ano em que o Sr. Claudio Maria Ricardo, nossa fonte consultada, deixou a cidade, em 1966. A segunda articula-se após o AI-5, faz parte da operação fronteira da Ação Popular, seu tempo de vida é curto, uma vez que os integrantes da célula Pelotas da organização são presos no começo do ano de 1972. Ambas as experiências serão analisadas detalhadamente no capítulo seguinte, onde trabalharemos com as memórias dos envolvidos nas redes.

Para além do objetivo primordial de salvaguardar vidas, que une as distintas gerações de redes de auxílio para a travessia, outro elo de união entre ambas encontra-se na atuação de figuras socialmente influentes na cidade dentro destas redes. Tal peculiaridade é típica de uma cidade de interior com poucos habitantes, onde grande parte das pessoas se conhecem e a relação entre os indivíduos é mais pessoalizada. Faz com que o prestígio e respeito pessoal acumulado por essas figuras sejam capitalizados nas atividades de passagem.

Assim, levando em consideração os modos de agir das redes e as particularidades da região, podemos compreender a travessia enquanto uma atividade de resistência ao regime, também abordada por alguns autores⁶⁹, que analisam esse processo em sua amplitude, como *esquema de fronteira*. Vai muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, sendo fruto de uma ampla rede de conexões, estabelecido a partir de um complexo sistema de ligações entre militantes, simpatizantes e apoiadores que formam uma rede de mobilidade e solidariedade, senhas e contra-senhas, disfarces que caracterizavam ou descaracterizavam fisicamente os indivíduos e muito planejamento, visando à segurança dos militantes e a preservação dos pontos e rotas de saída.

Objetivou-se com esse capítulo demonstrar conceitualmente as matrizes usadas para pensarmos a atividade de resistência nesta fronteira, abordamos conceitos chave para

⁶⁸ SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Pelos Caminhos da História Cultural: Geração, Intelectual, Sociabilidade e Circularidade* In: DIALOGUS, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008, p. 187.

⁶⁹ ASSUMPÇÃO, op.cit. SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. 2014. op. cit.

entendermos de que maneira Jaguarão ganha papel protagonista dentro de um amplo cenário de resistência ao regime, articulando-se nacional e internacionalmente a partir das redes que uniam diferentes atores sociais tendo em vista o objetivo de salvaguardar vidas.

No capítulo seguinte, trabalharemos diretamente com as memórias de diferentes personagens envolvidos em distintas instâncias dentro da lógica de articulação das redes de mobilidade que atuaram na atividade de travessia. Demonstrando, assim, a operacionalidade dos conceitos aqui trabalhados e a implicação direta das particularidades deste espaço fronteiriço que interferiram diretamente no processo.

3. Memórias da Travessia: um relato de resistência e solidariedade na fronteira

Resolvemos encerrar o trabalho trazendo um olhar mais sensível, prático e direto a respeito dos anos de repressão e resistência em Jaguarão, assim, a partir das memórias de algumas das distintas personagens que fizeram parte das diferentes gerações de redes de travessia, abordaremos aspectos referentes aos primeiros impactos do golpe na cidade, o surgimento das redes, seus modos de articulação e vivências orientadas e desenvolvidas a partir de uma dinâmica espacial própria e única de uma pequena e fronteiriça cidade do interior gaúcho.

Todavia, tais objetivos só tornam-se possíveis de ser alcançados a partir do uso da história oral enquanto fonte primordial de análise. Assim, realizamos entrevistas temáticas que foram gravadas em áudio e se baseiam em um roteiro pré-estabelecido. Entendo estas a partir dos argumentos de Verena Alberti “[...] entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. [...] com um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas.”⁷⁰

Optamos por coletar relatos com pessoas que se envolveram de diversas formas no processo de travessia, assim foram realizadas quatro entrevistas: Padre Luiz Caponi, pároco na cidade durante a segunda metade da década de 1960, membro simpatizante da rede que compôs a segunda geração a articular a travessia por essa fronteira; Entrevistado 1⁷¹, cumpriu serviço militar obrigatório nesta fronteira durante os anos finais da década de 1960; Claudio Maria Ricardo, militante estudantil, secretário geral e secretário de imprensa da UJES; Antonio Voltan e Alceu Salmoni, membros da coordenação da célula Pelotas da AP durante a segunda metade da década de 1960. Partindo de um estudo prévio sobre cada entrevistado, foi estabelecida a estrutura utilizada nas entrevistas, nas quais os questionamentos partem de pontos diferentes para cada caso.

Por que optarmos pela coleta de relatos orais como linha de costura entre as evidências apontadas pelos documentos e a produção historiográfica sobre o tema? Pois com esta temos por resultado uma surpreendente autobiografia coletiva, tomando os relatos desses indivíduos não somente como uma memória pessoal, mas uma construção polifônica da sociabilidade⁷²,

⁷⁰ ALBERTI, Verena “Histórias dentro da história”. In: *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2010. p. 175.

⁷¹ Devido a pedidos do mesmo, sua identidade será preservada. Nossos encontros se deram durante os meses de março e outubro do corrente ano. As entrevistas realizadas com este Sr. foram as únicas que não puderam ser gravadas em áudio, sendo permitido apenas que a pesquisadora tomasse nota durante sua fala.

⁷² CALDAS, Alberto Lins. *Para ler a história oral*. Edições Loyola, 1999. p. 62.

produto de um olhar lançado do presente para o passado, sendo assim, uma criação coletiva influenciada por vivências ocorridas do fato narrado até o hoje, que ao ser compartilhada conosco, não é somente ativada pelas emoções e tensões de um período que é revisitado por aqueles que sentiram na pele toda a carga emocional desta experiência, trazendo à tona sentimentos subjacentes, silêncios e lacunas temporais nos relatos, relatos estes que são uma seleção interior exteriorizada a partir das narrativas desses indivíduos, permitindo-nos, através das subjetividades presente nas entonações da fala humana, perceber nuances daquilo que não é dito pelas fontes escritas.

Uma vez redigidas, essas entrevistas serão analisadas com base na bibliografia sobre o tema que orienta o referencial teórico desse trabalho. Como toda fonte histórica, a entrevista deve ser observada como um “documento-monumento”⁷³ que será minuciosamente analisado e selecionado. Para, por fim, serem utilizadas como elo de união e sustentação do texto, ora colaborando ora discordando devido às especificidades do nosso recorte espacial. Isso porque costurar as evidências apontadas por outras fontes, como por exemplo, os documentos produzidos pelo Estado, nos colocará frente a algumas dissonâncias entre as narrativas, o que não quer dizer que uma conteste a veracidade da outra. Apenas são produzidas a partir de óticas diferentes, movidas por interesses distintos. Afinal fontes não são dotadas de neutralidade, e é justamente cruzamento de distintas posições que nos permite uma avaliação mais precisa, evitando assim o “subjetivismo de protagonistas que estão disputando politicamente um cenário ainda marcado por importantes lacunas e onde se confrontam memórias, justificativas, interpretações e histórias.”⁷⁴

Atenção específica também deve ser destinada ao tratamento dos livros de memória enquanto fonte. Ao partirmos da premissa de que toda produção é escolha sistêmica forjada pelo olhar de alguém, que é orientado para tal a partir de suas experiências vividas e relações *experienciadas* em seu meio, essas narrativas se configuram hoje enquanto uma memória cristalizada e não mais em uma memória viva e flexível, como podem ser definidas as narrativas orais, que tem o poder de ganhar novos contornos a cada entrevista. Assim, tomando os devidos cuidados para não cairmos na dicotomia mocinhos e heróis x vilões, visões estas extremamente romantizadas a respeito da guerrilha que foram sendo construídas ainda nos primeiros anos da década de oitenta, ou outras mais críticas a respeito da postura

⁷³ Para Jacques Le Goff documento- monumento é o produto da intencionalidade com a qual nossas fontes de trabalho foram produzidas, ou seja, as relações de força que induziram sua confecção bem como as intencionalidades que permearam o olhar de suas condições de produção. Mais sobre o conceito em: LE GOFF, Jacques. “Memória”. in: História e memória. _____ 2017.

⁷⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Como El Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. op. cit. p. 41.

romântica assumida por esses militantes, presentes em algumas obras que vieram a se tornar verdadeiros Best Sellers, consolidando assim um senso comum a respeito da figura desses indivíduos que resolveram pegar em armas contra o regime de 1964.⁷⁵ Procurando ver além dessa leitura estereotipada, tomaremos alguns livros-relatos como testemunho a ser analisado, dentre esses podemos destacar algumas passagens dos livros “O Mundo em que Vivi”⁷⁶ e “Memórias do Esquecimento”⁷⁷, onde procuraremos observar dentro destas obras, assim como com as entrevistas orais, as informações referentes ao esquema de fronteira, as redes de contatos que são apontadas por estes militantes, particularidades das atividades desenvolvidas pela militância no Rio Grande do Sul, dentre outros pontos pertinentes a esta pesquisa.

Por fim, temos enquanto fonte consultada nesta pesquisa o periódico local “A Folha”, para o qual também tivemos que observar alguns cuidados à leitura dos dados apresentados por ele. Até a década de 1970 do século passado era relativamente pequena a produção historiográfica que tomava jornais e revistas enquanto sua matéria prima. Tal fato é decorrente de uma visão difundida durante o século XIX e primórdios do XX de que “essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sobre influxo de interesses compromissos e paixões. Em vez de permitirem capitar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.”⁷⁸ Essa falta de neutralidade destas publicações acabou por fazer do seu uso algo vedado ao fazer histórico. Só na década de 30 é que essa concepção passa a sofrer críticas, porém será somente na década de 1970 que são deixados de lado os entraves da falta de neutralidade deste produto e passa-se a analisar criticamente as tomadas de posição do mesmo.

“A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político- social na qual se insere.”⁷⁹

Para além desses aspectos, até aqui levantados, outro igualmente importante deve ser considerado quando tratamos com o produto das atividades da imprensa durante períodos autoritários, a força imposta pelos mecanismos de censura da ditadura a esses veículos de

⁷⁵ RUSCHEL, Davi Arenhart “Os simpáticos incompetentes em busca da utopia inalcançável: as memórias da luta armada contra a ditadura no Brasil – o caso do RS” in. XI Encontro estadual de História ANPUH- RS. Vestígios do passado a História e suas fontes. Porto Alegre, 2008. p. 3-4.

⁷⁶ CORRÊA, M. Pio. op. cit.

⁷⁷ TAVARES, 1999. op.cit.

⁷⁸ LUCA, Tani Regina de “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos” in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Historicas 3. Ed.- São Paulo: Contexto, 2011. p. 112.

⁷⁹ CAPELATO, Maria Helena PRADO, Maria Lígia *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. XIX. Apud. LUCA, op. cit. p. 118.

informação. Majoritariamente podemos dividir a imprensa brasileira desse período em dois grupos de um lado aqueles que desenvolveram estratégias de resistência driblando a censura, e do outro os que difundiram os discursos do novo regime. Segundo a historiadora Renata de Paiva Tavares, que analisou a ideia de *Brasil Grande* difundida pelo periódico de 1970 a 1974, embora o jornal passe a partir de 1972 a tecer sutis comentários negativos ao regime, ele mantém-se a partir do seu discurso majoritariamente ao lado do governo ditatorial⁸⁰, política esta adotada desde os primeiros anos como podemos perceber nas edições analisadas nesta pesquisa e a partir daquelas apresentadas por outros trabalhos⁸¹.

Segundo a pesquisadora Tania Regina Luca, cabe a nós historiadores a partir de uma análise de discurso “problematizar a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”⁸² procedimento este alias, que não deve ser inferido apenas as fontes jornalísticas.

Partindo desse pressuposto um fato curioso nós chamou a atenção, no dia 16 de abril de 1964 o jornal local trazia a matéria intitulada *Falsos Rumores*⁸³ na qual visava desmentir “boatos tendenciosos” espalhados pela cidade de uma invasão ocorrida através da Ponte Internacional Barão de Mauá ao país vizinhos, estes boatos, segundo a matéria, teriam sido espalhados por indivíduos que agindo de má fé estariam interessados em subverter a boa vizinhança entre os dois países. Quando perguntamos a respeito desta suposta invasão ao senhor Claudio, o mesmo alegou não se recordar de nada do gênero, nem do boato corrido nem de ouvir tal afirmação de alguém que presenciou o fato. De encontro a esse fato podemos elencar ainda um trecho da transcrição da entrevista concedida pelo militante do PCB Sr. Ápio Cláudio Lima Antunes à professora Beatriz Ana Loner presente no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora Marília Brandão Amaro da Silveira, na qual o entrevistado narra o momento que deixa o país dias após o golpe,

“Nesta ocasião, 1964, criou-se um clima, em todo o Brasil, de apreensão daqueles elementos que eram tidos como subversivos, entre eles eu. Então, havia, pairava no ar, uma ameaça permanente. (...) Eu recebo um telefonema de uma conhecida: “- Olha, o Exército esteve aqui para prender o meu marido, agora vai na sua casa.” [...] no dia seguinte, já previamente organizada toda a fuga, eu me evadi, também no porta mala de um carro, eu fui até a Ponte de São Gonçalo. Lá havia um barco a motor e à vela me esperando, e ali, então eu descii, entrei no barco e seguimos em direção ao Uruguai, com um avião de um amigo, fazendo a cobertura aérea. Houveram muitas aventuras nessa viagem. Afinal, eu consegui chegar no Uruguai, e lá..., e lá eu fui à cidade de..., fronteira Jaguarão, não..., fronteira Jaguarão/Rio Branco. Eu pretendia ficar por ali. Eu, por mim, ficaria na fronteira, mas nisso o Exército brasileiro invadiu Rio Branco, com jipes, armados, excitando a raiva dos

⁸⁰ TAVARES, 2016. op. cit.

⁸¹ PORTO, op. cit. DOURADO, op. cit.

⁸² LUCA, op. cit. p. 139.

⁸³ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A Folha n° 803, de 16 de abril de 1964.

uruguayos ali, ficaram indignados, e eu vi que não podia ficar ali. Então, resolvi ir até Medo⁸⁴, fui até Medo, lá fiquei uns dias, depois fui até Montevidéu, e lá, então, eu tive de pedir o asilo político.”⁸⁵

O intrigante nisso tudo é que para que o jornal tivesse tal preocupação logo nos primeiros dias do novo governo, onde ainda os ânimos entre os dois países não estavam exaltados devido a questão dos exilados, e as relações fronteiriças pautam-se em significativos laços e interações entre ambas cidades. Tal esforço não se justifica uma vez que se nada tido enquanto fora da normalidade ocorreu os próprios moradores da fronteira dariam fim ao “tendencioso boato” espalhado.

3.1. Claudio Maria Ricardo: “A UJES tem a palavra”⁸⁶

Uma das primeiras medidas do novo governo foi varrer da vida pública todo e qualquer resquício de oposição, apoiados no AI-1, lembrado na historiografia como “Operação Limpeza”. Assim, foram expurgados, do Oiapoque ao Chuí, indivíduos ligados ao antigo governo que integravam quadros burocráticos e militares, além da cassação de mandatos políticos em larga escala. A fronteira Jaguarão não ficou alheia a tal prática, e no dia 16 de abril de 1964, o jornal local noticia:

“[...] O 13 Regimento de Cavalaria teve a missão de agir neste município e nos vizinho município de Pedro Osório, realizando expurgos na UJES, estabelecimentos e residências de suspeitos, [...]. Continuando, o S., Comandante do Regimento Osório declarou-nos sua tarefa de apreensão não estar findada, todavia e ainda há algo a apreender, para o que pede a cooperação do povo jaguareense [...]. A UJES verificou o erro em que haviam ingressado alguns de seus dirigentes, ausentando-os de sua direção.”⁸⁷

Como podemos perceber a partir desse fragmento extraído da matéria “*Entrevista do Comando do 13º RC a este jornal*”, uma das primeiras entidades atingidas por esses expurgos foi a UJES, todavia ela não foi a única, tal prática atingiu diretamente setores ligados ao PTB dentro da viação férrea, aduana e militares contrários às posições assumidas pelo novo regime, conforme nos relata o Sr. Claudio:

Primeiro expurgo dentro da UJES, os estudantes nós não podemos mais concorrer a cargo eletivo como líder estudantil, certo? E nos colégios, os grêmios foram fechados, no tempo que eu tive aí não tinha mais nada. Segundo, foram expurgadas

⁸⁴ “Provavelmente refere-se à cidade de Melo, no Uruguai. É uma cidade de fronteira, utilizada por organizações na rota para o exílio do Brasil para o Uruguai.” SILVEIRA, 2010. op. cit. p. 46.

⁸⁵ Ápio Cláudio Lima Antunes à Profª Beatriz Ana Loner e mantida sob posse do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. Apud. SILVEIRA, 2010. p. 46.

⁸⁶ O título deste subcapítulo traz uma referência direta a curta atividade da secretaria de imprensa da UJES, entidade a qual o Sr. Claudio esteve a frente, onde coexistiram um folhetim e um programa de rádio de mesmo nome “A UJES tem a palavra”.

⁸⁷ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A Folha nº 803, de 16 de abril de 1964.

“... pessoas aí na alfândega aí de Jaguarão, certo, [...] do exército, foram pra rua muitas sargentos, o exército mandou embora, muitos foram transferidos lá pro Amazonas, pro Acre, pra o interior do Pará e alguns oficiais também foram perseguidos e foram fora, o Major L. que é o coronel L hoje [...] e o major A. que também foi expurgado, eles foram presos, e tiveram presos em um navio, lá no lado da Baía de Guanabara no Rio, houve expurgo que eu me lembre lá na viação férrea, os ferroviários foram pra rua 3 ou 4. [...]”⁸⁸

Essas figuras referenciadas pelo Sr. Claudio em sua fala passam a fazer parte, direta ou indiretamente, da rede de mobilidade organizada nessa fronteira, seja atuando organicamente ou apenas enquanto simpatizante, conforme relata no decorrer das mais de quatro horas de entrevista que realizamos a partir de um contato telefônico gravado com autorização do mesmo.⁸⁹

Lançando mão do seu vasto conhecimento do local, sobretudo do rio que fez parte de toda sua infância e adolescência, após sua saída da entidade, o entrevistado, juntamente com mais dois membros da mesma, passaram a se dedicar a atividade de passada, momento em que os rapazes começam a fazer parte de uma rede de auxílio a figuras ligadas ao PTB, conforme nos relata o Sr. Claudio:

“[...] o troço foi começado aqui de maneira completamente primária, incipiente, artesanal, [...] nós conhecíamos o rio me criei aí [...] nasci ali na beira da praia a uma quadra e meia do cais e o outro Nelson del Pino também, e o outro rapaz, o Oribe Terra também... [...] a gente começou por ali fizemos algumas proezas por ali, algumas eu estava, não tenho conta se foram 6, 7 ou 8 e outras outros, né.”⁹⁰

“A gente tinha o ponto onde se encontrar com as pessoas e passava [inaudível] diversas coisas e tinha certas ocasiões em que a gente, eu, por exemplo, não ia que eram missões mais, eu era muito novo, eram missões mais arriscadas, assim aí já tinha um grupo em Jaguarão, [inaudível] se instalaram uns dois caras em Jaguarão, que eram nossos que vieram por uma transportadora que tinha Rio Grande, São Paulo era um elefante assim o símbolo, e os caras vieram de SP trabalhar nessa transportadora lá, mas eles eram infiltrados, entendeu? [...]”⁹¹

Na tentativa de cruzar fontes, perguntamos ao entrevistado sobre a figura do Cônsul, indivíduo que povoa o imaginário da esquerda da cidade, devido a sua expressiva atuação frente ao regime. O mesmo acaba por configurar-se em uma peça chave dentro da rede de mobilidade na fronteira, não só por gerenciar as passagens do esquema de travessia do MNR, grupo articulado em torno da figura do Leonel Brizola, mas também por auxiliar logisticamente outras redes de mobilidade.

⁸⁸ RICARDO, Claudio Maria. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

⁸⁹ Entendendo que a atuação da UJES ganha papel central na monografia do historiador Raniere Dourado, a qual recomendamos a leitura para sanar quais quer dúvidas em relação a entidade, não reproduziremos no presente texto as partes da entrevista referentes a ela, dando especial atenção aos fatos que ocorrem após a saída do Sr. Claudio da mesma. DOURADO, op. cit.

⁹⁰ RICARDO, op. cit. 25/09/2018.

⁹¹ Idem. 27/08/2018.

“Claro, conheci o *Consul*⁹², nos dava muito apoio! Era uma família ali de Rio Branco, eles tinham ali na época um hotel [...], ele era o cônsul do Uruguai aqui em Jaguarão [...] Ele era um dos caras que dava um apoio de estrutura pra gente que passava ali em Rio Branco, de inclusive de dinheiro pra mandar, na época tinha um trem, carro a motor, que sai aí da Ponte, certo? E que ia pra Montevideo. Muitas vezes tinha gente que não tinha condições financeiras, essas coisas e ele dava um jeito, e em muitas coisas. Inclusive, eu fiquei sabendo que depois que eu sai daí ele continuou atuando muito [...] esse cônsul fez proezas! Inclusive esconder pessoas ali no consulado. [...] Esse era um fenômeno, mas o trabalho dele de maneira alguma era vinculado conosco, era outra esfera”⁹³

Outro fato que deve ser levado em conta, pois se relaciona diretamente à organização e manutenção da segurança dessas rotas, são as ações da repressão na fronteira. Uma vez que, o estado gaúcho não é visto como um corredor rumo à liberdade apenas pelos quadros ligados à militância, as estruturas do aparato repressivo sabiam da importância que tinham estas fronteiras, e com base na DSN davam especial atenção a elas.

Quando questionado sobre o clima repressivo existente na cidade, o entrevistado relata uma particularidade típica das relações pessoalizadas que são forjadas nas cidades de interior,

“Mas olha o exército eu digo sempre isso, e vou dizer, nos ficamos presos lá na enfermaria⁹⁴, depois estivemos presos lá em Bagé, nenhum, e eu digo isso porque eu estava junto, nenhum [...] militar do exército bateu em ninguém, as atrocidades que existiram contra nós e contra outras pessoas que tinham líderes ferroviários na época, tinham pessoas comerciantes, tinham funcionários públicos que também foram presos, não foram só os estudantes, estudantes nós éramos pouquíssimos, nós éramos quatro foi à polícia que veio de Porto Alegre, porque o comandante do quartel de Jaguarão, que já faleceu, esse era um homem de extrema direita mas era um homem extremamente inteligente, [...] ele era íntimo amigo do então secretário de segurança pública do governo Meneghetti, pediu que viessem para Jaguarão policiais do DOPS, poh! o DOPS era o fim... era a escória da polícia! Ficaram hospedados aí no 13º regimento de cavalaria no cassino dos oficiais, e foram eles que foram os nossos [verdugos? Inaudível] entende? E o exército dava guarda lá, o exército dava guarda e eles viam o que nós passamos, eles viram inclusive na noite de dois graus, a primeira prisão nossa foi dia 1º de maio de 1964, estava um frio desgraçado que não se aguentava e os caras esses do DOPS mandaram tirar a cobertura de todo mundo naquela enfermaria, aquela lá encima, tu sabe onde é? Mandaram tirar e a gente tava lá um frio um negócio terrível. Daí tinha um rapaz que era tenente, que era do Rio, chegou tinha oficial do dia, tinha sargento... chegou lá e conhecia a gente, porque a gente frequentava os clubes e ele também e jogava, o nosso time do científico jogava com o time do quartel vôlei, basquete, futebol de salão, em fim... e aí chegou lá o cara e diz “poh! que isso aí com esses guris e pa, pa, pa...” aí o sargento chegou e disse “olha isso foi ordem que veio do pessoal da polícia” “não, pode dar cobertura pra eles, acolchoado, dá um troço pra eles se taparem, um frio desses!” [...] eles usaram a polícia, porque esse cara fez isso, porque ele tinha vínculo com a cidade e ele tinha sonhos maiores, também não queria ele ficar como, entendesse? Mas quem mandou tudo agente sabe que foi ele quem mandou.”⁹⁵

⁹² Substituímos o nome de batismo pelo cargo ocupado pelo indivíduo. Como as informações contidas nesse trabalho a respeito do mesmo partem de terceiros, e não conseguimos estabelecer contato com o próprio ou com sua família, optamos por preservar sua identidade.

⁹³ RICARDO. op. cit. 30/08/2018.

⁹⁴ O motivo da prisão do entrevistado foi sua vinculação com o movimento estudantil, a atividade de travessia passa a ocorrer depois das detenções.

⁹⁵ RICARDO, op. cit. 27/08/2018.

O entrevistado ainda completa que, se por um lado, o pessoal do exército não os atingiu gravemente de maneira física, eles os quebraram socialmente a partir do momento em que foram fichados. Passando a partir daí a sofrer retaliações até mesmo por parte da sociedade que a partir da sua leitura apoiou largamente o golpe.

“era muito forte a repressão, mas não era a ponto de matar ninguém, ninguém foi morto aí em Jaguarão, ninguém foi assassinado, o negócio era te vigiar, e o grande assassinato que nós tivemos foi da população, a maioria dos parentes, a maioria dos amigos, da sociedade em geral [...] aí onde é a Caixa Econômica Federal hoje, tinha o café do comércio, era um café grande, tinha umas 60 mesas, todo mundo sentava ali e conversava e tal..., depois da revolução continuou, mas nós, por exemplo, que tínhamos um grupo de três ou quatro e alguns conhecidos assim, se nós chegasse para conversar numa mesa alguma coisa, em cinco minutos todo mundo saía, os pais e as mães proibiram os outros estudantes, proibiram as moças de nos namorar, foi horrível isso daí, [...] muito mais que pelo exército nós fomos expurgados pela sociedade de Jaguarão”⁹⁶

Vale lembrar que, ao fazer tais afirmações, o entrevistado esta externando sua leitura dos fatos a partir do hoje, o que leva sua afirmação inicial a ser justificada no decorrer da entrevista quando ele alega que a repressão por parte dos militares só não foi mais dura porque o alto escalão presente na fronteira já havia forjado laços com a comunidade local, desenvolvendo interesses mais amplos que não poderiam ser ofuscados por medidas de extrema violência física aplicadas a um grupo de jovens. Todavia, esses mesmo jovens não passaram ilesos aos olhares de reprovação dos mais velhos que empenharam-se em afasta-los do convívio com seus filhos, vigiando e punindo constantemente os mesmos. Prática esta que, se tratando de uma cidade de pequeno porte, faz com que esses rapazes sintam largamente os efeitos dessa vigilância uma vez que, os lugares de convívio social são poucos fazendo com que pequenas brechas nessa política de vigilância sejam praticamente inexistentes.

A partir de tal atitude podemos perceber claramente os efeitos do Terrorismo de Estado sobre essa sociedade. Fundamentado na aplicação da pedagogia do medo, ou seja, com base no aprendizado causado pela punição exemplar sofrida por esses jovens, bem como a exposição de “material subversivo” no centro da cidade⁹⁷ gerando certa comoção e o constante discurso de “Salvação da Pátria” difundido pelo exército tendo no periódico “A Folha” um porta voz eficiente. Temos então pessoas que passam a aprender pelo medo de represália, tornando-se passivos e submissos a este estado e em alguns casos cooptados, como nos relato o entrevistado, a cooperar com as praticas de constante vigilância ao inimigo interno da nação.

⁹⁶ Idem 21/09/2018.

⁹⁷ A Folha 16 de abril de 1964, op. cit.

Ao longo das quase quatro horas de gravação realizadas com o Sr. Claudio, procuramos traçar e analisar alguns paralelos estabelecidos com as narrativas dos demais entrevistados. Alguns mais expressivos que outros, como por exemplo, as peculiaridades das cidades de interior, as quais procuramos demonstrar ao longo desse texto. Outras, embora não transcritas na íntegra, merecem especial atenção. Fica claro em sua fala que o contado dos três rapazes com a AP, embora fossem oriundos da JEC Jaguarão, organização na qual viria a militar após deixar Jaguarão, se dá através de um viés de formação ideológica indireta, a partir de contatos estabelecidos com a UGES, no que tange ao material produzido pela entidade e distribuído pelo correio que chegava até os rapazes na fronteira, bem como os laços com a União Nacional dos Estudantes, entidade esta que mantinha forte ligação ideológica com a AP. Não existindo nenhuma ligação com a célula Pelotas da organização que vai fazer parte da segunda geração atuante dentro das redes de mobilidade em Jaguarão, o que faz cair por terra a nossa hipótese inicial de existência de um fio condutor entre ambas as gerações.

Todavia, ao entendermos geração como um grupo de indivíduos que juntos protagonizaram os mesmos acontecimentos, podemos apontar que a primeira geração das redes de mobilidade não chega ao seu fim com a saída do Sr. Claudio, e de outros membros, da cidade. Ela ganha continuidade na atuação do Cônsul, que embora não fizesse parte do mesmo esquema, gerenciando um próprio ligado a Brizola, foi um grande apoiador das atividades de travessia articuladas por esses rapazes.

3.2. Idas e vindas pela fronteira. Da memória vem a “história que o povo conta”.

A rede de mobilidade da qual o Sr. Claudio faz parte foi a primeira a protagonizar um sistema de retirada de quadros ligados à oposição ao regime, sabe-se que a tarefa nessa fronteira teve continuidade a partir da ação do Sr. cônsul do Uruguai em Jaguarão, o qual possuía um esquema junto ao ex-governador do estado, Leonel Brizola, para facilitar a passagens de quadros ligados ao PTB por essa fronteira. Em entrevista ao pesquisador Davi Ruschel, Índio Brun Vargas, um dos pombos correio de Brizola durante o período de atividade do MNR, relata sua passagem por essa fronteira em meados de 1966, a partir do esquema montado pelo cônsul,

“Esse contato, é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em

Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né?”⁹⁸

Outras ações ligadas ao MNR ocorreram nessa região no período. Em 1967, o representante do MNR paulista Antonio Geraldo Costa, o “Neguinho”, ao regressar de um encontro com Brizola e outros membros do movimento em Montevideú, hospeda-se do lado uruguaio da fronteira:

“Viajamos de trem de Montevideú até a fronteira do Brasil: Rio Branco do lado do Uruguai e Jaguarão do lado do Brasil. Em Rio Branco, fomos com as malas – a minha com a munição e a do meu companheiro com as carabinas – para o hotel indicado. Segundo o combinado, viriam camaradas de Jaguarão a fim de pegar as malas e passá-las para o Brasil. Eles chegariam de manhã cedo. Entretanto, à noite, enquanto estávamos dormindo, a polícia uruguaia invadiu o hotel.”⁹⁹

Tal relato nos permite lançar algumas hipóteses sobre o fato a partir do cruzamento desse excerto do livro “68 A geração que queria mudar o mundo” com os relatos do Sr. Claudio Maria Ricardo. A primeira delas é que, sendo o cônsul membro de rede de travessias ligada a Brizola, o hotel indicado para alojar os militantes em Rio Branco poderia ser o da sua família, prédio bem localizado, longe de suspeitas devido ao prestígio local de que gozavam o cônsul e seus familiares, e que por algumas vezes fora usado pelos passageiros da liberdade que foram atravessado por Claudio e seus pares. A outra hipótese vai ao encontro a quem seriam esses camaradas que viriam de Jaguarão buscar o armamento, supomos ser os indivíduos que trabalhavam na transportadora, vindos de São Paulo para a cidade, davam amplo apoio à travessia se encarregando desde o transporte dos passageiros da liberdade até Jaguarão ou até mesmo “atividades mais arriscadas destinadas aos mais velhos”¹⁰⁰, tendo a transportadora uma rota que passava por São Paulo e sendo esse o destino das armas nos leva a supor que pudessem ter alguma espécie de envolvimento.

A polícia uruguaia não procurava por guerrilheiros, mas sim por contrabandistas, no entanto, os rapazes foram presos e só libertos após um esforço conjunto do MNR juntamente com a esquerda uruguaia. Esta relação de acolhida, recíproca simpatia historicamente construída entre gaúchos e uruguaio sempre fora, desde os primeiros dias do novo regime, motivo de preocupação para as autoridades brasileiras, gerando obsessiva necessidade de monitorar o trânsito pela fronteira do Rio Grande do Sul e as atividades dos exilados brasileiros no Uruguai.

⁹⁸ VARGAS, Índio Brum. Entrevista concedida a Davi Ruschel. In: anexos, RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2011, p. 239.

⁹⁹ FERRER, op. cit. p. 315.

¹⁰⁰ RICARDO, op. cit.

Tal esforço é narrado por Pio Corrêa em seu livro de memórias, empossado embaixador do Brasil em Montevidéu, o pai do CIEX, viaja ao Uruguai com a clara missão de conseguir que o governo uruguaio passasse a cercear as atividades dos asilados políticos brasileiros, “essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o governo do seu próprio país.”¹⁰¹ Ainda segundo o diplomata, na prática, tal atividade se configuraria em um tanto quanto espinhosa, dada a hospitalidade com que o governo do Uruguai recebera os asilados e principalmente aqueles congregados em torno de Jango e Brizola.

Quanto às fronteiras, o embaixador vai relatar,

“[...] Era também claro dever daquele governo vigiar o trânsito pelas suas fronteiras, interceptando ali a passagem de elementos hostis ao governo do Brasil. [...] quase todos eles gaúchos, irmãos de sangue dos orientais, muitos deles contando com amizades pessoais no Uruguai.”¹⁰²

E por fim, conclui que a longa tradição de governos civis fazia com que o Uruguai não visse com grande simpatia o governo militar implantado no Brasil. Tais fatos o levaram a adotar uma política de alianças regionais ao longo da fronteira, a começar pelo Rio Grande do Sul, onde segundo relata em suas memórias, fora recebido pelo próprio governador Ildo Meneghetti, num gesto de larga importância atribuída à embaixada brasileira no Uruguai pelo estado. Das alianças aqui formadas, antes mesmo da posse efetiva do cargo em Montevidéu, relata que o comando do III Exército recebera claras instruções, vindas da presidência, para articularem-se, bem como as garantias dadas pelo governador de que a polícia civil e a brigada militar do estado ficariam a postos para resolver todas as questões relacionadas a linha de fronteira. O diplomata também assistiu a uma reunião da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), prometendo apoiar os industriais gaúchos na busca dos seus interesses em relação ao Uruguai, o que, segundo ele, fora uma promessa que cumpriu cabalmente¹⁰³, deixando clara assim a aliança civil militar que gestou e sustentou o regime ditatorial de segurança nacional na Brasil.

Uma vez em solo oriental, o diplomata relata sua estratégia de peregrinação pelo interior, apropriando-se de uma rixa histórica entre os departamentos do interior e a capital, destinando especial atenção àqueles situados próximos à fronteira com o Brasil, com quem passou a buscar apoio através de alianças econômicas, como, por exemplo, a construção de rodovias multinacionais, as quais não custariam um centavo ao governo uruguaio e

¹⁰¹ CORRÊA, M. Pio. op. cit. p. 848.

¹⁰² Idem. p. 855.

¹⁰³ Ibidem. p. 848-850.

fomentariam o comércio internacional¹⁰⁴. Projeto que se relaciona diretamente com a fronteira Jaguarão a partir da pavimentação do trecho Pelotas-Jaguarão da BR-116¹⁰⁵. Não menos recorrentes foram as visitas do embaixador aos municípios brasileiros situados ao longo da fronteira, ou próximos a este, nos quais se inclui Jaguarão¹⁰⁶.

No que tange às memórias cultuadas pela população da cidade a respeito das travessias, uma delas, ligada ao cônsul, ganha especial destaque. Muitas são as versões que giram em torno da figura do seu motorista, conhecido como “el Chofer del Diablo”¹⁰⁷, um homem de confiança que era o executor do esquema de travessia. Segundo uma das versões, em uma dessas travessias o mesmo se envolveu em uma perseguição com as forças de segurança brasileiras, fins de 1966, ganhando o apelido pela forma como dirigiu e despistou seus perseguidores. Outras narrativas vão ao encontro ao fato de uma pessoa próxima a ele, que se encontrava no veículo durante a perseguição, ter sido gravemente ferida pondo fim as aventuras do chofer. As narrativas são desconexas e cheias de pontos soltos em suas diferentes versões, das quais escolhemos duas para relatar, o fato é que embora não saibamos ao certo o que aconteceu, algo tido como “fora da normalidade” houve, a ponto de fazer com que essa figura se fixasse no imaginário da cidade passando a ser transmitida e retransmitida ao longo dos anos sendo um verdade, “meia verdade” ou apenas imaginário do povo da fronteira.

3.3. A Operação Fronteira da AP

A AP é uma organização clandestina que surge no começo da década de 1960 e se mantém atuante no Rio Grande do Sul até começo da década de 1970 quando a maioria dos seus quadros cai. Ela é oriunda de quadros ligados à Igreja Católica, sobretudo a Juventude Secundarista Católica e a Juventude Universitária Católica, se formos analisar sua curta vivência no estado¹⁰⁸.

Dentro do nosso recorte espacial e temporal, a partir do contato estabelecido com nossos entrevistados, conseguimos mapear a presença da JEC muito timidamente em

¹⁰⁴ Ibidem. p. 861-878.

¹⁰⁵ Embora, segundo o jornal local, ao fim da década de 1960 essa obra ainda não estivesse concluída. O assunto é pauta recorrente no periódico, inclusive destacando a atuação de uma comissão local para a conclusão da obra. Biblioteca Municipal de Jaguarão. A Folha 22/11/1969 Ano XXXI n° 1067, matéria de capa.

¹⁰⁶ CORRÊA. op. cit. p. 873-874.

¹⁰⁷ As informações sobre o *Chofer del Diablo* foram obtidas através do entrevistado 01 e por meio de conversas informais com indivíduos que o conhecem ou já ouviram falar dele. Dentre estas, uma familiar da pessoa que foi ferida, supostamente em uma das travessias durante uma perseguição, a mesma pediu para não ter a identidade revelada no trabalho e não aceitou gravar entrevista.

¹⁰⁸ DIAS, op. cit.

Jaguarão, e em Pelotas a presença da JUC, ambas com forte viés religioso e despidas de debate político em seu âmbito, embora nesse quesito, a JUC Pelotas caminhasse muito timidamente, segundo nos conta nosso entrevistado Sr. Antonio Voltan.

O fato de ser membro da JUC Pelotas fez com que o mesmo se saísse bem em uma “saia justa” gerada em uma de suas idas a fronteira Jaguarão, antes mesmo de ter uma ligação orgânica com a operação fronteira da AP, no ano de 1965, quando precisou fazer essa travessia enquanto pombo-correio de Brizola:

[...] o Brizola, nosso ex-governador, tava lá [...] em Montevideú, e aí [...] [emissário/ informante/ contato] *“Chegou aqui os papéis de transferência do filho dele [Brizola] pra entrar no colégio lá [...] e nós precisamos de alguém que vá, e eu não tenho dinheiro também!”* [risos]
 A.V. *“Mas para aí Paraguaçu, me consegue...”*
 [emissário/ informante/ contato] *“a não sei, vamo lá”*.
 Aí tinha alguém aqui que era... De Sta. Vitória e [companheiro de Sta. Vitória] *“A minha mãe deve ter uns cem pila... aí deve dá pra tu chegar lá.”*
 uns cem uruguaio, peso, uns cem peso
 [Companheiro de Sta. Vitória] *“Depois, [...] resolve lá o Brizola”*
 Tá! Aí eu peguei o dinheiro e me mandei, fui por Jaguarão! Aí peguei o ônibus pra ir a Jaguarão, tô indo pra ponte passa o padre lá, como era aquele... ? Florêncio! E o Florêncio sabia que eu era da [JUC] e [P. Florêncio] *“Ah! O que tá fazendo aqui!”* [...] *“o que tu vai fazer?”*
 [A.V.] *“Ah! O pessoal da JUC lá que eu conheço e eu vou dar uma chegada lá pra conversar”*
 [P. Florêncio] *“Ah! Da JUC?”*
 [A.V.] *“É!”* [risos] eu não ia dizer pra ele oque ia fazer [risos] ai *ele*
 [P. Florêncio] *“Então vem almoçar comigo, que eu te levo até a ponte depois!”* [...].
 Ai almocei com ele e toda aquela coisa, [...] ai entrei no trem e fui...¹⁰⁹

Com a ascensão da “linha dura” ao poder, surge uma maior necessidade de reorganização das bases de atuação dentro das organizações clandestinas. É nesse momento que nossos entrevistados Sr. Antonio Camelato Voltan e o Sr. Alceu Salamoni deixam de militar na política estudantil e passam a atuar organicamente dentro da célula Pelotas da AP, na qual o Sr. Antonio assume o comando.

Nesse mesmo contexto, articula-se a partir do Comando Nacional da AP, devido à necessidade de escoar quadros da organização visados pela repressão, sobretudo após a instauração do AI-5, uma “Operação Fronteira”. Esta despertou atenção do DOPS, que desde 1969 vinha em um esforço conjunto com outros órgãos de segurança fazendo exaustivos

¹⁰⁹ Nesse ponto da entrevista o entrevistado relembra parte do diálogo que ocorreu neste episódio, o mesmo está grifado em itálico para facilitar a leitura. Em um primeiro momento relembra em sua narrativa seu encontro com um emissário, logo em seguida com um companheiro de Organização de Santa Vitoria do Palmar e por fim com o Padre Florêncio já na fronteira. VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

levantamentos das atividades subversivas no país¹¹⁰. Parte destes dados podem ser encontrados no documento “*Atividades da APML do B, 1972*” onde se fazem explícitas onze ocorrências à operação fronteira¹¹¹. Todavia, não se descarta a possibilidade de termos mais envolvidos no esquema que não foram relacionados a essa atividade no dossiê, como é o caso dos nossos entrevistados que só são assinalados enquanto membros da Célula Pelotas.

Quando questionados sobre a proporção dessa atividade, a partir da experiência adquirida na célula Pelotas, Sr. Alceu relembra,

“Mas é que às vezes fica meio por trás assim, aquela imagem que era uma rota que passava um atrás do outro, não. Não era! Também era muito raro! Porque quem é que passava? Quem tava ameaçado de ser preso e, porque já tinham descoberto o cara lá por SP ou Porto Alegre e tinha que se arrancar! Porque ia ser preso de uma hora pra outra, então esses vinham, como do outro lado, no Uruguai, não tava numa ditadura, ainda dava né, então. Como que era a passagem? Ou ali ou Sta. Vitória mas, Sta. Vitória era muito arriscado ir até Sta. Vitoria, aqui era mais próximo, tu percorria muito tempo dentro do Brasil até Sta. Vitoria, embora Sta. Vitória a passagem era até melhor porque não tem rio, não tem nada que aqui tinha o rio né, tinha a ponte, e a passagem era na ponte, porque era a ponte só!”¹¹²

Buscando meios de intercruzar as fontes, também perguntamos aos senhores a respeito das formas de driblar a repressão, e seus relatos vão ao encontro do que nos narraram dois outros entrevistados, nos permitindo assim observar nitidamente particularidades das relações pessoais que implicam diretamente na movimentação do aparelho repressivo nas cidades de pequeno porte.

Segundo o entrevistado 1¹¹³, que terá sua identidade preservada, as ações do exército na Ponte Internacional Barão de Mauá, ligação seca entre os dois países, eram pontuais, definição essa que é confirmada pelos demais entrevistados. Ele rememora seu tempo de soldado, aos fins da década de 60, quando foi retirado do quartel sem muitas instruções ou preparo tático para, à paisana, vigiar a passagem para o país vizinho, pois se esperava que Carlos Lamarca fosse sair do país por essa fronteira. Essas particularidades podem ser notadas desde os primeiros anos, tanto na passagem quase que desastrosa do Sr. Antonio enquanto pombo-correio, quanto na fala do Sr. Claudio, onde relata que, se o carro não fosse com placa de Jaguarão, era parado e revistado na aduana. Já os pedestres “forasteiros” deveriam

¹¹⁰ DIAS, op. cit. p. 135.

¹¹¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

¹¹² SALAMONI, Alceu. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

¹¹³ Entrevista Entrevistado 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves em 08/03/2018.

apresentar documentos no mesmo órgão. Assim, não era uma fiscalização ostensiva no sentido de que os “conhecidos” não eram parados.

Nesse sentido, trazemos a hipótese de que figuras influentes dentro da comunidade eram de vital importância para o esquema de Travessia, pois capitalizavam o seu prestígio social junto à comunidade para não levantar suspeitas a respeito de sua atuação. Ideia essa que é sustentada pelos relatos orais dos entrevistados,

“D.G.G.- E tinha policiamento na Ponte?

A.V.- às vezes tinha, então a gente tinha que saber com o pessoal de Jaguarão ou então chega lá e ver e olhar não, não da volta.

A.S.- A gente ia e tinha que voltar [...] eu me lembro de um caso que o cara ficou lá na igreja, ficou uns dias lá com o padre, não me lembro qual o padre, [...] acho que foi o Caponi e depois teria atravessado com o Caponi [...] porque era quem podia ter confiabilidade de não estar fazendo aquilo que estava fazendo! [risos]”¹¹⁴

Embora o Sr. Antônio se refira ao “pessoal de lá” não existia um elo de ligação da célula Pelotas com alguma espécie de quadros de militância orgânica em Jaguarão, esses contatos eram feitos através de simpatizantes, amigos que estudavam em Pelotas e tinham família em Jaguarão, e a partir daí era lançado mão de informações obtidas através destes para realizar a travessia. A célula era uma unidade muito fechada em si, por uma questão de segurança, nem os simpatizantes com os quais os militantes tinham contato direto sabiam, na maioria dos casos, que eram militantes da AP.

Por via de regra o ideal era esperar por informações que garantissem o mínimo de segurança para a passagem, todavia, quando isso não acontecia esta era feita, em alguns casos, assumido o risco de chegar na fronteira e não encontrar condições adequadas para passar, como no caso narrado pelo Sr. Alceu do militante que necessitou solicitar abrigo ao padre Caponi até conseguir atravessar.

3.4. A voz dos que não tem voz! Memórias de um padre que enfrentou a ditadura na fronteira.

No que tange à Igreja Católica, esta não se posicionou de maneira homogênea frente ao golpe de 1964, enquanto sua alta cúpula endossou o apoio popular a partir das Marchas da Família com Deus pela Liberdade durante o pré-golpe, e posteriormente, se posicionou de maneira favorável a este. Suas comunidades eclesiais de base, em sua maioria, alinharam-se ao projeto reformista, dentro da ideia de uma aproximação com as massas que vinha correndo

¹¹⁴ SALAMONI, op. cit. VOLTAN, op. cit.

desde o começo dos anos 1950¹¹⁵, e posteriormente apoiaram fortemente a resistência ao novo regime.

Nossa personagem deste subcapítulo pode ser definido enquanto um indivíduo que se encaixa perfeitamente na segunda opção. Atuante na cidade de Jaguarão, de meados dos anos 1960 até 1977, exerceu expressivo trabalho social junto a comunidade carente, sobretudo através do Lar de Meninos, orfanato do qual foi diretor. Integrou a segunda geração de responsáveis pela travessia enquanto simpatizante da rede de mobilidade organizada pela célula Pelotas da AP, sendo contato pessoal dos membros de sua direção. Sendo peça importante na luta contra a ditadura, responsável por salvaguardar diversas vidas que buscavam em sua paróquia auxílio para deixar o país.

Com o Padre Luiz Caponi, em nosso primeiro contato, optamos por introduzir o assunto a partir da seguinte passagem da dissertação de mestrado da pesquisadora Marília Brandão Amaro da Silveira:

“Jaguarão também tinha um esquema que foi uma época ajudado pela... Por um padre que, né, era o responsável lá em Jaguarão. Não que ele fosse também tão assim, mas ele era alguém que eu te diria assim, muito humanitário, dava essas coisas, né. Ele de vez em quando... Às vezes ele também ajudava a fazer a passagem.”¹¹⁶

A partir da leitura desse fragmento, perguntamos ao padre o que ele sabia sobre o fato narrado, e então se deu sua narrativa, de maneira livre, pela qual ele foi nos contando sua atuação junto às comunidades carentes da cidade, os mecanismos de censura utilizados sobre seus sermões, chegando finalmente ao ponto de confirmação das nossas hipóteses, revelando detalhes do processo de travessia no qual que ele atuou durante os anos em que foi pároco na fronteira.

“Havia pessoas que chegavam mais ou menos de tardezinha, quase à noite, então a gente atendia as pessoas. Não diziam muitas vezes o nome, não é, mas eles diziam assim, não diziam que eram perseguidos, mas se viam que eram fugitivos. Eles queriam pousada e um alimento, queriam para passar pro Uruguai. Então a gente dava isso né. [...] Mas muitos que iam pro Uruguai passavam por aqui, a gente dava atendimento, alguns deles não podiam dizer quem eram, também não me diziam muito bem ou não [inaudível] mas eu, por dever de caridade, eu tinha que atender, não é, mas como eram passageiros, passagem de dois dias [nem tanto/ um dia e tanto] eu aceitava, dava comida pra eles e iam embora, não sabiam quem eram, mas sabia que eles eram meio perseguidos, isso eu sabia.”¹¹⁷

¹¹⁵ PADRÓS, Enrique Serra *A Igreja Católica e as Ditaduras do Cone Sul (1960-1980)*. Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 80-85.

¹¹⁶ SILVEIRA, 2014. op. cit. p.. 98.

¹¹⁷ CAPONI, Luiz. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

O padre foi uma figura que despertou muita atenção na cidade, sobretudo devido ao seu engajamento social junto aos mais necessitados, chegando até a ser vigiado de perto pelos órgãos de repressão, tendo inclusive, seus sermões gravados. Todavia, por gozar de um alto prestígio social, e cultivar amizades com pessoas importantes nos meios militares, não enfrentou maiores problemas junto à justiça militar, continuando a desenvolver suas atividades sem maiores transtornos.

“Eu sabia que tinha um oficial de justiça aqui, um oficial militar que ele gravava os meus sermões aqui. [...] um dia eu fui atender um grupo de agricultores lá numa granja, tinham várias pessoas que tinham que comprar comida da própria casa. Aqui no São Luiz havia uma Comunidade São Luiz na Charqueada por lá... havia uma granja ali que haviam uns 50/60 agricultores que tudo que trabalhavam [inaudível] tinham que comprar comida da própria granja que tinha uma venda e sempre viviam com dívidas, então eu fui lá, fui lá para poder ajudá-los e etc... [inaudível] só também porque eu era padre eles me atenderam, mas na volta quando eu vinha aqui perto da Santa Casa houve alguém que me disse que iam me matar.”¹¹⁸

Assim, capitalizando muito bem esses elementos, que são extremamente importantes dentro das relações sociais pessoalizadas estabelecidas nas cidades de pequeno porte, ganhou legitimidade para ser aquele que ninguém esperava que estivesse subvertendo a ordem estabelecida. Realizou em torno de 15 travessias de saída do Brasil, nem todas ligadas a operação fronteira. Vindo, posteriormente, a auxiliar também na passagem de guerrilheiros Tupamaros perseguidos pela ditadura uruguaia. Movido apenas por seu “dever de caridade” nunca militou organicamente em uma organização de esquerda, sua ligação com a AP dava-se através dos rapazes Antonio e Alceu, velhos conhecidos do tempo de JUC bem como as demais passagens eram feitas por indicações de contatos ligados aos seus círculos de amizades e conhecidos, pode ser definido enquanto uma figura que despertava olhares controversos. Pois, ao mesmo tempo que era vigiado por uns, sente até mesmo denunciado as autoridades militares, era extremamente bem quisto por outros o que fazia com que na maioria das vezes as desconfianças dos primeiros caíssem por terra.

Neste capítulo vimos as implicações das dinâmicas socioculturais e espaciais próprias das cidades de interior e fronteira a partir dos relatos trazidos por diferentes personagens envolvidos direta ou indiretamente nas redes de mobilidade, tanto da primeira como da segunda geração, que atuaram no processo de travessia. Vimos como alguns desses indivíduos ganham a partir da posição social que ocupam legitimidade para não serem ostensivamente

¹¹⁸ CAPONI, op. cit.

vigiados em suas atividades, possibilitando que, a partir da capitalização desse reconhecimento social, possam integrar as redes e serem peças chave para a segurança destas.

A partir desses relatos, procuramos traçar um panorama dos anos iniciais de regime, relacionando a fronteira Jaguarão a um amplo processo de integração da resistência estadual, nacional e internacional. Seus modos de atuação que se desenrolam a partir das dinâmicas das redes que sustentaram a atividade de travessia dos perseguidos politicamente no Brasil para o Uruguai, estas redes extremamente móveis em sua organização e operacionalidade, sustentadas pelos mais diferentes atores sociais que se ligam entre si apenas pelo desejo de salvaguardar vidas daqueles que eram perseguidos políticos. Foram capazes de integrar essa pacata cidadezinha de interior a uma ampla agenda nacional e internacional, fazendo não só com que sua gente fosse protagonista deste episódio de resistência, como também esse espaço não fosse um mero coadjuvante, data as suas condições particulares no que tange sua geografia, cultura e relações de sociabilidade entre a gente da fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer do texto, já se faz mais do que necessário descentralizarmos nossos estudos sobre o período ditatorial civil-militar de Segurança Nacional, vivenciado pelo Brasil durante a última metade do século passado, dos grandes centros urbanos. É chegada a hora de pautarmos nossas análises no caráter particular das cidades de interior e pequeno porte dos diferentes estados do território nacional, deixando de lado generalizações e procurando desvelar até que ponto as características particulares destas afetam diretamente os modos de vivência da dialética entre estado e oposição.

Partindo dessa perspectiva procuramos contribuir para o preenchimento dessa lacuna percebida na historiografia a respeito dessa temática, direcionando nosso foco de análise para o estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente para a fronteira cidade de Jaguarão. Um município de pequeno porte situado na fronteira entre Brasil e Uruguai que só recentemente passou a ter sua história sistematicamente contada, a partir da chegada do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa à cidade, diversas foram as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso, ensaios e artigos que versam sobre as mais distintas passagens do passado da região. No que tange o período ditatorial os trabalhos dos historiadores Elena Porto e Raniere Dourado merecem especial destaque, o primeiro, dentre outros pontos, devido ao mapeamento apresentado pela autora a cerca de possíveis fontes e nortes de pesquisa para aqueles que almejassem se aventurar nessa temática. Já o segundo, bebendo em partes nas fontes indicadas por Elena, traz com base na história oral apontamentos a respeito da curta existência da União Jaguarese dos Estudantes Secundaristas (UJES). Ambos, tecem importantes apontamentos a cerca das sutilezas e particulares presentes nas relações pessoais, sociais e culturais que são estabelecidas nesse espaço fronteiriço, sendo estas de vital importância para a compreensão da dialética entre estado e oposição na cidade Jaguarão, ponto nevrálgico para a compreensão das redes de mobilidade que auxiliavam na travessia para o Uruguai daqueles que no Brasil eram perseguidos por motivos políticos.

Também cabe aqui citar, o trabalho realizado pela hoje professora Renata de Paiva Tavares, defendido em 2016 sua monografia desenvolve pertinente discussão a cerca da Ideia de Brasil Grande, um dos discursos utilizados pelo regime ditatorial para desviar atenção do “chumbo” e legitimar-se enquanto um governo positivo aos olhos da nação, difundida nas páginas do periódico local A Folha. Embora a problemática central desse trabalho não dialogue diretamente com as questões propostas pela presente pesquisa, o mesmo foi de

grande valia durante a análise de nossas fontes jornalísticas, nos ajudando assim a compreender o perfil editorial do periódico local, característica fundamental a ser levada em conta ao tomarmos fontes jornalísticas enquanto material de análise.

No que tange ao Rio Grande do Sul, estado dotado de uma forte tradição Trabalhista, e próximo culturalmente aos países do Prata, sobretudo ao Uruguai, primeiro destino do exílio brasileiro, a produção historiográfica referente ao período compreendido por essa monografia tem destinado uma abordagem minuciosa a respeito das particularidades do papel desempenhado por esse estado, tanto dentro do contexto democrático pré-golpe - sendo, dentre outros fatores, palco da Campanha da Legalidade em 1961, despertando assim, olhares mais atentos de setores conservadores da sociedade civil e militar - quanto durante o regime de 1964, por ser possuidor de uma vasta fronteira com a Argentina e o Uruguai, o que o configurou enquanto um corredor de passagem das forças de resistência rumo ao exílio, fazendo com que suas fronteiras ganhassem especial atenção por parte do Estado enquanto uma área de interesse para a segurança nacional deste, conforme analisamos no primeiro capítulo do texto

Na tentativa de driblar essa estreita fiscalização, foram montados complexos esquemas de fronteira para a retirada e reinserção de militantes e/ou materiais políticos no país. Essa discussão foi desenvolvida durante os dois últimos capítulos do presente trabalho. Primeiramente, a partir de uma perspectiva conceitual quando buscamos estruturar o que vem a ser o ato de travessia no contexto ditatorial de 1964. Entendendo estes enquanto um complexo planejamento de logística e segurança que vai muito além de um simples transpor de fronteira geográficas e políticas, sendo executado a partir da articulação e atuação de indivíduos organizados em pequenos grupos situados na fronteira. A estes grupos, destinamos termo *redes de mobilidade* no intuito de caracteriza-los a partir de sua atuação de caráter exclusivamente destinado à atividade de passada, sem buscar prover meios para fixar o indivíduo na fronteira, prática relacionada as redes de solidariedade existentes em outras cidades fronteiriças do estado.

Diversas foram as organizações que desenvolveram a atividade de passada dos seus militantes, no entanto, vimos no decorrer dessa pesquisa o caso da AP, que após o AI-5, lança mão da fronteira Jaguarão para encaminhar rumo ao exílio seus quadros perseguidos. Todavia, antes mesmo da AP pensar em organizar sua operação fronteira, duas outras redes de mobilidade, ligadas ao ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola já garantiam as Travessias logo após o golpe. Visando o êxito dessas passagens distintos atores sociais uniram-se formando duas diferentes gerações de redes de mobilidade.

Partindo do entendimento do conceito de geração enquanto um grupo de indivíduos que partilham dos mesmos acontecimentos em um mesmo espaço e tempo, realizamos o mapeamento de três distintos esquemas de travessia desenvolvidos a partir das particularidades contidas na dialética estado e oposição presente nas cidades de interior, onde as relações são mais pessoalizadas e os espaços de atuação tornam-se restritos demandando cuidados específicos. Executados por duas diferentes gerações de redes de mobilidade, a primeira delas tem início no ano de 1964 estendendo-se até 1966. Todavia não se descarta a hipótese de que ela possa ter atuado alguns anos mais, encontrando seu fim na saída do cônsul Uruguaio de Jaguarão. Essa rede foi responsável por executar o esquema de travessia ao qual nosso entrevistado Sr. Claudio Maria Ricardo esteve ligado, desenvolvendo as passagens através do Rio Jaguarão, e também pelo esquema articulado pelo cônsul uruguaio juntamente com o ex governador do estado Leonel Brisola, já exilado no país vizinho.

Por essas redes, foram auxiliadas sobretudo figuras ligadas ao antigo governo e pombos-correio de Brizola, através de um esquema pelo rio, ou na mala do carro oficial do consulado, como foi o caso do militante Índio Vargas. Porém, nesses primeiros anos após o golpe, também houveram travessias fora desses esquemas, como as relatadas por Flavio Tavares¹¹⁹ em suas memórias ou a realizada pelo Sr. Antonio, membro da segunda geração. Estes também atravessaram enquanto pombos-correio, no entanto não fizeram uso de um esquema previamente montado e auxiliado por uma rede, mas sim, caminhando pela ponte como costumavam fazer as pessoas da região.

A segunda geração esta vinculada diretamente à organização de esquerda Ação Popular, é formada pelos entrevistados Antonio Voltan e Alceu Salamani, membros da célula Pelotas da AP. O esquema montado por esses rapazes contou com o apoio de contatos pessoais dos mesmos na fronteira, sobretudo do Padre Caponi, que cumprindo seu dever de Caridade não auxiliou apenas os militantes orientados pela AP a realizar a passagem por Jaguarão, vindo a envolver-se posteriormente no auxílio a entrada no Brasil, por essa fronteira, de Tupamaros perseguidos no Uruguai.

O que ambas gerações têm em comum? Ambas contavam com apoio de figuras socialmente influentes na cidade, um diplomata e um padre, figuras essas que sendo relativamente incapazes de despertar suspeitas devido ao seu prestígio social lançaram mão disso para auxiliarem nas Travessias, nenhum deles militava organicamente em uma organização de oposição ao regime, eram movidos por ideias humanistas e auxiliavam a quem

¹¹⁹ TAVARES, 1999. op.cit, p. 111-113, 175-178, 189,233-234.

precisasse fazer a travessia com alimentação, pernoite, e quando necessário, executavam a passada lado a lado do indivíduo, levando olhares atentos a não suspeitarem energicamente do forasteiro ao lado de tão prestigiosa e respeitada figura da sociedade jaguareense.

No que tange à história oral, nossa principal fonte de análise nesta monografia, esta é uma metodologia que nos permite conhecer de maneira sensível as diferentes experiências dos homens no tempo, experiências estas que se inter cruzam possibilitando ao historiador um vislumbre do todo. Muitos foram os pontos desse episódio que conseguimos parcialmente explicar durante o terceiro capítulo desta monografia, outros não couberam nas delimitações impostas e esse tipo de trabalho. Ficando, assim, enquanto apontes de nossas fontes para pesquisas futuras como é o caso, da relação apontada pelo Sr. Claudio com a comunidade grega residente em Jaguarão, esta largamente perseguida pelos órgãos de segurança sendo alguns de seus membros banidos do país; as relações de solidariedade estabelecidas no cárcere que nos foram relatadas pelos senhores Alceu e Antonio; as “peripécias” do “Chofer del Diablo”, as quais ainda não se sabe ao certo até que ponto são apenas o imaginário de um povo fronteiriço. E, por fim, destacar o quão rico, embora seja a entrevista de menor duração, é o relato do padre Capone, onde podemos perceber, desde uma ligação direta ao clima de segurança nacional instaurado no país, até mesmo apontes para as relações estabelecidas com o país vizinho no pós golpe. Não esquecendo de mencionar o trabalho social efetuado por esse e as animosidades que esta tarefa despertava em alguns latifundiários da região, uma vez que, o mesmo atuava contra as praticas de vinculação de trabalhadores as propriedades rurais por meio de dívidas. Tais características voltadas para o social, fizeram com que pairassem sobre o padre olhares extremamente antagônicos, pois, ao mesmo tempo que era visado, era respeitado e admirado por ampla parcela da população. Sendo este prestígio social um dos principais fatores que garantia relativa segurança para sua atuação no processo de travessia, tanto de saídas quanto de entradas no Brasil, pois, acabava sendo “alguém de quem não se esperava que estivesse atuando contra o regime”¹²⁰.

Em suma, buscou-se com essa pesquisa não apenas demonstrar uma possível leitura acerca dos anos em que o Brasil se viu sob um regime ditatorial civil-militar de segurança nacional com enfoque para a fronteira Jaguarão- Brasil/Rio Branco-Uruguai, mas sim, demonstrar de que forma a partir de suas particularidades políticas, sociais e culturais, típicas de uma cidade fronteiriça de interior, a pacata Jaguarão se insere em uma ampla agenda nacional de resistência ao regime ditatorial, através da atuação das redes de mobilidade

¹²⁰ SALAMONI, 2018. op. cit.

existentes na fronteira que estabeleciam contatos nacionais, regionais e internacionais, visando a retirada de militantes perseguidos politicamente, e embora fuja as delimitações desse trabalho devemos mencionar também que tal estratégia, além de salvar vidas, gerava a possibilidade de rearticulação desses mesmos militantes no exílio, podendo retornar ao Brasil e dar continuidade a luta.

Por isso, não apenas a gente da fronteira se torna protagonista desse episódio por resistirem através das redes, esse espaço, por si só, é protagonista por oferecer condições territoriais, sociais e culturais que propiciam com que, atendendo às demandas dessas particularidades, as redes possam aqui atuar por longos anos. Todavia, muito ainda temos de avançar nesta área, esta pesquisa é apenas uma modesta contribuição para que possamos continuar a pensar as dinâmicas desse espaço e as relações pessoais e sociais que são estabelecidas nele.

REFERÊNCIAS.

Entrevistas

CAPONI, Luiz. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

Entrevistado 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

SALAMONI, Alceu. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar

brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

Relatos impressos

15.1 Resistência Neguinho, Antonio Geraldo Costa. In: FERRER, Eliete (Ed.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011. p. 314-316.

Livros de memórias

BETTO, Frei Batismo de Sangue. "Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella." Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CORRÊA, M. Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro, 2º edição, Expressão e Cultura, 1995.

GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

LIMA, Haroldo. ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PCdoB*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984

TAVARES, Flávio. *Memórias Do Esquecimento*. São Paulo: Editora Globo, 1999.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: 3º edição, Codecri, 1981.

Jornais

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A Folha nº 803, de 16 de abril de 1964

Biblioteca Municipal de Jaguarão. A Folha 22/11/1969 Ano XXXI nº 1067, matéria de capa.

Documento

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. *Fontes Orais- Histórias Dentro Da História* / organizadores Carla Bassanezi Pinski. – São Paulo: Contexto 2010. P. 155-202
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Cátia. *A história da análise de redes e a análise de redes em história*. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 2, 2012.
- ASEFF, Marlon Gonzalesetal. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974)*. Florianópolis, 2008.
- ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de conclusão de curso, URGs, Porto Alegre, 2011.
- ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)*. Dissertação de mestrado, URGs, Porto Alegre, 2014.
- BALDISSERA, Marli de Almeida *Onde Estão os Grupos de Onze? : Os Comandos Nacionalistas na Região Alto Uruguai –RS*. Dissertação de mestrado, Passo Fundo, 2003
- BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050-3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre, 2006.
- CALDAS, Alberto Lins. *Para ler a história oral*. Edições Loyola, 1999.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávila Dias. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*. Dissertação, Universidade de Passo Fundo - Instituto De Filosofia Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História. Passo Fundo, 2011.
- DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. *A Ditadura Civil-Militar E O Movimento Estudantil Em Jaguarão*. UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2017
- FERNANDES, Amanda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. URGs, Porto Alegre, 2009.
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964 momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

- LE GOFF, Jacques. MEMÓRIA. História e memória. _____ 2017.
- LUCA, Tani Regina de “*Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*” in: Fontes Históricas PINSKY, Carla Bassanezi (org.) 3. Ed.- São Paulo: Contexto, 2011.
- PADRÓS, Enrique Serra *A Igreja Católica e as Ditaduras do Cone Sul (1960-1980)*. Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra e LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão, IN. A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória/* organizadores Enrique Serra Padrós, Vania M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Amanda Simões Fernandes. - Porto Alegre: Corag 2009. V.1.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BUENO, Newton Paulo. *Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação*. In: Anais do XIX Encontro Estadual de História- Anpuh-MG “Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho”. Juiz de Fora, 2014.
- PORTO, Elena. *Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal “A Folha” (1964)*. Jaguarão. UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2014.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Bandan *Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985)*. In. MESA TEMÁTICA 09- Exilios políticos massivos em Europa y Latinoamérica en el Siglo XX: dimensiones comparadas y regionales _____.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2011.
- RUSCHEL, Davi Arenhart “Os simpáticos incompetentes em busca da utopia inalcançável: as memórias da luta armada contra a ditadura no Brasil – o caso do RS” in. XI Encontro estadual de História ANPUH- RS. Vestígios do passado a História e suas fontes. Porto Alegre, 2008.
- SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Pelos Caminhos da História Cultural: Geração, Intelectual, Sociabilidade e Circularidade* In: DIALOGUS, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008,
- SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *A Resistência Ao Golpe E Ditadura Militar Em Pelotas*. Trabalho De Conclusão Do Curso Universidade Federal De Pelotas Instituto De

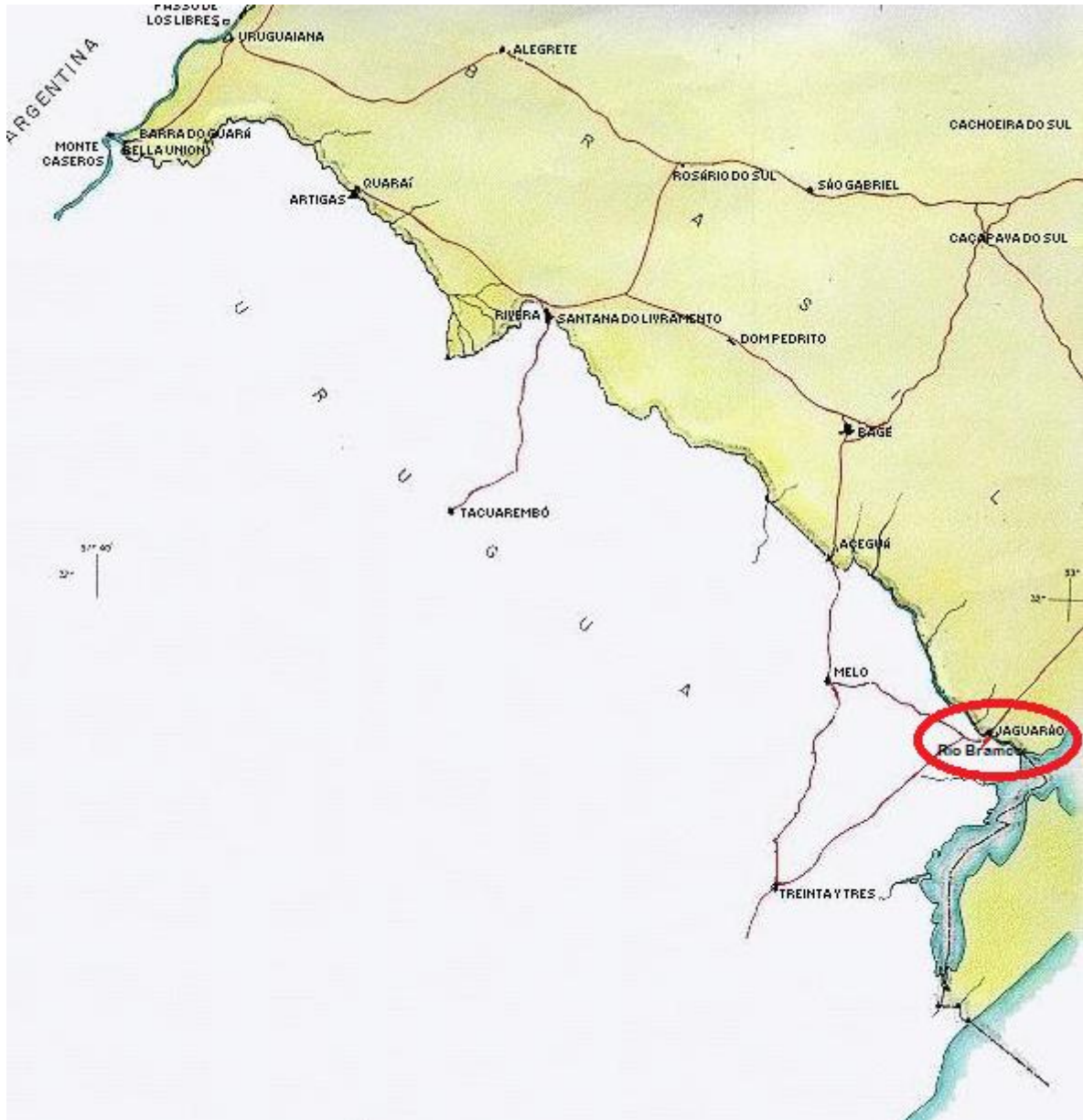
Ciências Humanas Departamento De História E Antropologia Faculdade De Licenciatura Em História. Pelotas, 2010

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *Ditadura Civil Militar Na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas De Exílio*. Dissertação, Universidade Federal De Pelotas- Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História. Pelotas, 2014

TAVARES, Renata de Paiva *A Divulgação do Imaginário de “Brasil Grande” Durante a Ditadura Militar no Jornal A Folha De Jaguarão Entre 1970 a 1974*. Trabalho de conclusão de curso, Unipampa. Jaguarão, 2016.

ANEXO

Mapa político da fronteira do Brasil com o Uruguai



Im: ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973). 2014. p.18. Adaptado